

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES CURSO DE GRADUAÇÃO DE LICENCIATURA EM LETRAS LÍNGUA PORTUGUESA

SARAH WEIDA SENA FERREIRA

REDAÇÃO DO ENEM COMO GÊNERO TEXTUAL: um estudo sob a égide da Linguística Textual

SARAH WEIDA SENA FERREIRA

REDAÇÃO DO ENEM COMO GÊNERO TEXTUAL: um estudo sob a égide da Linguística Textual

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Letras, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Letras – Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof. Dr. Henrique Miguel de Lima Silva

Coorientadora: Profa. Dranda. Fabíola Jerônimo Duarte de Lira

Catalogação na publicação Seção de Catalogação e Classificação

F383r Ferreira, Sarah Weida Sena.

Redação do ENEM como gênero textual : um estudo sob a égide da linguística textual. / Sarah Weida Sena Ferreira. - João Pessoa, 2024. 61 f.: il.

Orientador : Henrique Miguel de Lima Silva. Coorientadora : Fabíola Jerônimo Duarte de Lira. TCC (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências, Letras e Artes, 2024.

1. Redação do Enem. 2. Ensino. 3. Linguística textual. 4. Escrita. 5. Gênero textual. I. Silva, Henrique Miguel de Lima. II. Lira, Fabíola Jerônimo Duarte de. III. Título.

UFPB/CCHLA CDU 81'42

SARAH WEIDA SENA FERREIRA

REDAÇÃO DO ENEM COMO GÊNERO TEXTUAL: um estudo sob a égide da Linguística Textual

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Letras, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Letras – Língua Portuguesa.

Monografia avaliada em: 19/abril/ 2024

BANCA EXAMINADORA

Assinatura:
Prof. Dr. Henrique Miguel de Lima Silva
(Orientador)
Assinatura:
Profa. Dranda. Fabíola Jerônimo Duarte de Lira
(Coorientadora)
Assinatura:
Prof. Dr. Jorgevaldo de Souza Silva
Assinatura:
Profa Dra Antônia Rarros Gibson Simões

AGRADECIMENTOS

É com muita falta de paciência que finalizo este trabalho que será lido por pouquíssimas pessoas, mas que representa um pedaço do que construí durante os 12 semestres na queridíssima UFPB. Esses agradecimentos são meus, portanto, serão tão ternos quanto os meus sentimentos em relação às pessoas que amo; até porque, nesse mundo assustador, tudo que temos são as conexões que fazemos.

Não posso deixar de agradecer à educação — seria cometida de um grande pecado se assim o fizesse. Assim, agradeço aos professores que moldaram minha formação; esses têm tanta importância em minha vida quanto as algas marinhas têm para a respiração no mundo.

As segundas saudações vão ao suecoven (Aylane, Carolina e Gabriel), que, guiados por Nut, Athena, Freya, Kali e várias outras entidades, trilharam esse caminho pedregoso (e feliz) da graduação juntos. Minha gratidão vai também aos pais de Carolina (Boberto e Germana), que representaram para mim em João Pessoa algo imensurável: uma família; uma rede de apoio amável com quem pude contar sempre.

Agradeço aos amigos distantes (interestaduais e internacionais) que me apoiaram nesses anos: diretamente de Rondonópolis, Lele (Letícia); das colinas de Portugal, Acky (Acsa); das águas da ilha Douglas (que me acompanha desde o Ensino Médio); dos campos de Igarassu, Kaks (Kaline).

Por mais exaustivo que tenha sido, nada é tão gratificante do que ter participado do grupo de extensão PATÊ (Geice Kelly e Athirson), que me apoiou na trajetória acadêmica para dividir nomes em artigos/congressos e reclamações. Também dedico um pouco do que me tornei academicamente ao Pibid, onde pude reencontrar meu querido orientador Henrique Silva (obrigada por me aceitar de supetão); e a minha instrutora e exemplo Louize Moura.

A banca examinadora, meus agradecimentos de coração, nem imagino o quão cansativo deva ser os finais de semestre com diversas bancas de TCC para acompanhar. Sendo assim, muito grata a Jorgevaldo Silva e Antônia Simões pela disponibilidade.

Por fim, nada me deixa mais molenga (e quebradiça) que minha família (Agnes, Iranilda, Sandro, Marina e Amaro), a esses agradeço pela minha existência, isto é, tudo que fui, sou e serei.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo refletir sobre o ensino de língua e produção textual em sala de aula, com um foco específico na Redação do ENEM como gênero textual. Para isso, seguindo as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), fundamentamos nossa análise em bases teóricas da Linguística Textual, com contribuições de autores como Irandé Antunes (2009; 2020; 2022), Ingedore Koch (2004), Marcuschi (2002), Câmara Jr. (1993), e Gregolin (1993). Além disso, para compreender as dinâmicas em sala de aula frente ao ensino de gênero textual, também consideramos as perspectivas de estudiosos como Fossey (2018) e Silva (2020). Neste contexto, por meio das reflexões apresentadas, visamos oferecer uma compreensão aprofundada do papel da Linguística Textual na melhoria do ensino de língua portuguesa no ensino básico brasileiro. Ao final da pesquisa, propomos uma abordagem pedagógica que analisa as implicações práticas e teóricas relacionadas à Redação do ENEM, destacando a importância de adotar estratégias mais eficazes no ensino de produção textual em sala de aula.

Palavras-chave: Redação do Enem; Ensino; Linguística Textual; Escrita; Gênero Textual.

SUMÁRIO

INTRODUÇAO	
1 LÍNGUA, TEXTO E ENSINO	3
1.1 Língua	4
1.2 Texto	9
1.3 Ensino	13
2. GÊNEROS, REDAÇÃO DO ENEM E ENSINO	17
2.1 Gêneros Textuais e Ensino	17
2.2 Redação do Enem	22
2.2.1 Redação do Enem: breve histórico linguístico	23
2.2.2 Redação do Enem: gênero textual (relativamente estável)	25
2.2.3 Redação do Enem: na prática	30
3 PARA A REDAÇÃO DO ENEM: uma proposta didática	32
3.1 A proposta de Redação do Enem	32
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	40
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

O ensino da língua portuguesa está continuamente em busca de inovações e transformações que estabeleçam, de maneira pedagógica, uma conexão mais profunda entre a língua e o processo de ensino. As atuais configurações, nesta segunda década do século XXI, delineiam um cenário no qual o texto ascende como um elemento central no contexto do ensino de língua portuguesa, partindo de uma proposta funcional focada, sobretudo, na reflexão textual.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reflete essa transformação ao prever, em suas diretrizes para o ensino de linguagem, uma tentativa de afastamento da *gramatização*¹ e da abordagem reducionista do estudo da língua a partir de palavras e frases soltas, criticada nas décadas passadas. Numa perspectiva geral, é possível perceber, assim como pontua Moretto e Feitosa (2019), que o documento oficial tenta agir de maneira dialógica e interativa com a língua, recorrendo a um trabalho reflexivo.

Além dos documentos oficiais, a centralidade textual passou a ser elemento visível em provas de vestibulares, como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), sobretudo na prova discursiva (redação), cuja solicita a produção de um texto dissertativo-argumentativo partindo do repertório léxico-gramatical, sociocultural, argumentativo e coesivo textual (Cavalcante; Silva, 2023).

Assim, o Enem assume um papel de destaque ao se configurar como a porta de entrada para o ensino superior, como será detalhado no levantamento sócio-histórico desse trabalho – na seção *Ensino e Redação do Enem*. Além disso, o exame abre espaço para inúmeros cursos preparatórios dedicados a aprimorar o conhecimento dos estudantes que se submetem à avaliação. Nesse cenário, a prova discursiva, conhecida popularmente como *Redação no Enem*, assume uma posição de grande relevância nas preocupações dos estudantes que participam do exame (Fossey, 2018). Essa importância é evidenciada não apenas pela amplitude de seus critérios avaliativos e pelo peso significativo em relação à nota geral do exame, mas também, como já mencionado, pelas dificuldades curriculares históricas associadas ao ensino de escrita no contexto educacional brasileiro.

Diante desse contexto, nossa pesquisa se dedicou à busca de uma compreensão mais aprofundada do ensino de produção textual, com foco na Redação do Enem. A estrutura do

¹ A gramatização refere-se à compreensão do processo que leva à descrição de uma língua com base em duas tecnologias fundamentais do conhecimento metalinguístico: a gramática e o dicionário (Alvares, 2015).

trabalho delineia uma abordagem abrangente da linguística textual na sala de aula, culminando na elaboração de uma proposta pedagógica. Esta proposta considera as implicações práticas e teóricas relacionadas à Redação do Enem, visando contribuir de maneira significativa para o aprimoramento do ensino de produção textual, especialmente no contexto educacional brasileiro.

Nesse sentido, para fins de organização, nosso trabalho foi dividido em três capítulos principais. No primeiro capítulo, *Língua, Texto e Ensino*, visamos reconhecer as nuances da língua e suas relações com o texto e o ensino, abordando conceitos de cultura, textualidade e teorias linguísticas. Além disso, aprofundamo-nos na interligação entre a linguística textual e o ensino de Língua Portuguesa na Base Nacional Comum Curricular, especialmente no eixo de escrita (produção textual). Referências essenciais como Antunes (2009; 2017; 2020; 2022), Koch (2004; 2013), Dionísio *et al.* (2002) e Koch e Elias (2008) contribuem para fundamentar a compreensão da relação entre língua, texto e ensino, delineando bases teóricas significativas para o desenvolvimento do trabalho.

O segundo capítulo, *Ensino e Redação do Enem*, é destinado às perspectivas histórico-sociais que compreendem o ensino de língua portuguesa no Brasil, sobretudo no que diz respeito aos gêneros textuais. Em paralelo, trazemos a Redação do Enem em seu panorama factual, destacando tanto sua relevância como também informações pertinentes quanto às suas demandas de preparação. Evidenciaremos também os efeitos no ensino-aprendizagem ocasionado pela sua produção, bem como traremos uma reflexão crítica quanto à sua tipologia textual.

No terceiro e último capítulo deste trabalho, *Para a Redação do Enem*, apresentamos uma proposta fundamentada nas contribuições da Linguística Textual para o ensino de português, com foco na produção textual escrita da redação do Enem. Destacamos perspectivas que integram os impactos desse gênero no ensino, entrelaçando-os com as inovações propostas pela teoria linguística textual. Essa abordagem visa aprimorar a compreensão dos estudantes sobre o gênero textual específico, assim como incorporar estratégias que promovam uma aprendizagem mais significativa e alinhada às demandas previstas pela BNCC e aplicadas no Enem.

Nas *Considerações Finais*, traçamos um panorama da correspondência entre as teorias linguísticas abordadas ao longo deste estudo, em conjunto com as perspectivas para o ensino da escrita de Redação do Enem, fundamentadas na Linguística Textual.

1 LÍNGUA, TEXTO E ENSINO

Neste capítulo, nossa abordagem concentra-se, sobretudo, nos elementos intermediários relacionados à língua, ao texto e ao ensino, com o propósito de refletir como esses três componentes se interligam no ambiente da sala de aula do ensino de Língua Portuguesa. Ressalta-se que as concepções delineadas aqui fundamentam-se no arcabouço teórico proporcionado pela Linguística Textual e suas implicações. Assim, antes de discutir os subcapítulos previstos para esta seção – 2.1 *Língua*; 2.2 *Texto*; 2.3 *Ensino* –, é relevante estabelecer um breve panorama dos pilares deste ramo da linguística que toma o texto como principal objeto de pesquisa.

Devido à sua natureza interdisciplinar, a trajetória da Linguística Textual (doravante LT) se desenvolve em torno de diversas concepções, sobretudo no que diz respeito à classificação do que constitui um texto, impulsionando um avanço no campo. A linguista Koch (2013) destaca que esse percurso atravessa um estágio embrionário em meados dos anos 60 e na primeira metade da década de 70, com três pontos norteadores – análise transfrástica/interfrástica; gramáticas textuais; e o formalismo russo – que, ao longo do desenvolvimento da LT, se dissolvem até a virada do século. Nesse cenário, outra perspectiva atravessa a LT que, até então, não tinha sua atenção focalizada no texto, mas sim em aspectos sintáticos-semânticos. Nestas perspectivas, os estudos dedicavam-se ao tratamento de fenômenos semânticos como cadeias isotópicas² – planos de sentido do texto – e cadeia de pressuposições³ – relação de sentido de elementos enunciativos (Koch, 2013)

Posteriormente, na década de 80, a Linguística Textual passa por uma virada pragmática-enunciativa, trazendo para o centro dos estudos campos da interatividade comunicativa e reconhecendo a complexa rede de fatores que compõem uma interação, abrangendo aspectos linguísticos, socioculturais e interacionais (Koch, 2013). É momento também da expansão das Teorias do Texto, e esses passam a ser objeto cêntrico, como pontua Koch (2004, p. 13):

A Linguística Textual toma, pois como objeto particular de investigação não mais a palavra ou a frase isolada, mas o texto, considerado a unidade básica de manifestação da linguagem, visto que o homem se comunica por meio de textos e que existem diversos fenômenos linguísticos que só podem ser explicados no

² Isotopia: "[...] funda-se tanto na continuidade do conteúdo quanto numa ordenação léxica estruturada em torno de um espaço mental criado por um item lexical ou uma sequência lexical" (Marcuschi, 2008, p. 123).

³ Pressuposição: "é um conhecimento compartilhado por falante/ouvinte, prévio à sentença proferida, ainda que seja desencadeado a partir desta; envolve um tipo de conhecimento semântico, mas também exige um conhecimento pragmático" (Cançado, 2008, p.33).

interior do texto. O texto é muito mais que a simples soma das frases (e palavras) que o compõem: a diferença entre frase e texto não é meramente de ordem quantitativa; é sim, de ordem qualitativa.

Já nos anos 90, foram introduzidas as perspectivas sociocognitivo-interacionistas, marcando uma fase em que as investigações na área da cognição, relacionadas ao processamento e à organização global do texto, passaram a ocupar um espaço significativo nos estudos da LT. Esse período representou uma ampliação das abordagens desse ramo, abrangendo aspectos cognitivos de maneira mais aprofundada (Koch, 2013). Mas no fim das contas, o que de fato estuda-se na Linguística Textual? Qual seus principais objetos de estudo?

É importante pontuar que os aspectos incorporados ao longo das décadas na Linguística Textual não se dissociam com a chegada de novos elementos; pelo contrário, a LT é um ramo que mobiliza e conecta diversas teorias, como anteriormente mencionado, faz parte de um processo intrinsecamente interdisciplinar e cultural. No entanto, para indicador de definição, tomemos como concepção o trazido por Fávero e Koch (1985, p. 34, *apud* Gregolim, 1993, p. 25): A Linguística Textual deve ser vista como o estudo das operações linguísticas, cognitivas e argumentativas, reguladoras e controladoras da produção, construção, funcionamento e recepção de textos escritos ou orais. Assim, o que se entende desse campo é a atuação nas mediações da textualidade, correspondendo a um conjunto de processos semânticos no qual significados são construídos com base em experiências e comunicados a interlocutores (Gregolim, 1993).

Mediante a tais informações, acrescentamos haver um tanto de correspondência histórica entre o percurso da Linguística Textual e a introdução da focalização do texto no ensino básico. Quando falamos de língua, e suas mais diversas ramificações, percebemos o quanto os estudos e evoluções acerca dessa refletem no ensino, configurando-se como um reflexo social palpável e uma busca contínua por melhorias. Isso deve-se a natureza cultural da língua e sua manifestação como instrumento de ação e reflexão (Gregolim, 1993). Assim, partindo dessas considerações, adentramos no primeiro subtópico do capítulo, referente as concepções de língua.

1.1 Língua

Não à toa, nos delimitamos às explanações sobre as definições de textualidade e textos, elementos cruciais da Linguística Textual (LT), criaremos um terreno firme antes de discutir seus aspectos, o suspense, aqui, está ligado à origem de um texto, seja ele falado ou escrito. Na verdade, há uma progressão sequencial que percorremos para chegar a essas definições, e o primeiro degrau, o qual serve como alicerce para todas as teorias linguísticas, é apenas um: a língua. Neste subcapítulo, nos aprofundaremos nas concepções de língua que este trabalho utiliza como base, visando fornecer um referencial sólido para abordar os temas de texto, ensino e aplicação da Língua Portuguesa na educação básica.

Procuramos, desse modo, não uma definição absoluta, mas um guia para o conceito de língua. Diante de tal propósito, escolhemos como dois principais referentes: Mattoso Câmara Jr., através de sua aula, a intitulada *Língua e Cultura* (1993). O segundo texto confere à Parte I – *Língua sob Novos Olhares* – da obra *Língua, Texto e Ensino* (2020), da autora Irandé Antunes, permeada pelas percepções da LT voltada ao ensino.

Antunes (2020) inicia o capítulo que aborda a conceituação do que é língua com a apresentação de quatro itens que, segundo a autora, estabelecem uma correspondência entre si:

Quatro realidades: língua, cultura, identidade, povo; na verdade, todas irremediavelmente indissociáveis. O povo tem uma identidade, que resulta dos traços manifestados em sua cultura, a qual, por sua vez, se forja e se expressa pela mediação das linguagens, sobretudo da linguagem verbal (Antunes, 2020, p. 19).

Assim, antes mesmo de falarmos sobre aparelho fonador, classificações gramaticais ou linguagem, é preciso compreender que a língua é um conjunto de articulações de natureza humana que se materializa por meio das interações sociais. A partir disso, podemos passar para o campo físico da língua, isto é, os fenômenos biológicos: sons, vocalização, linguagem.

Câmara Jr. (1993) oferece uma abordagem consistente dos paradigmas evocados para entender os elementos que compõem a língua humana. O linguista explora como o conjunto desses elementos efetivamente resulta na linguagem/língua. Em uma análise inicial, todos os seres que possuem aparelho vocal podem produzir sons, mas esses não se configuram como linguagem, essa, em suas construções linguísticas, só se efetiva quando se cria comunicação (Câmara Jr., 1993).

Os animais, ao emitirem sons por meio de fenômenos biológicos, o fazem para se comunicar (Câmara Jr., 1993). Por exemplo, as baleias utilizam seu bufar, popularmente chamado de *canto*, para acasalar ou medir forças com outras de sua espécie, representando, de certa forma, uma forma de comunicação sub-humana. No entanto, a distinção crucial é que a comunicação que estamos pontuando envolve simbolização, sendo este o ponto central da língua humana. Associamos a linguagem a símbolos e significados que permeiam as sociedades ao longo das eras. Seja na forma escrita ou falada, há uma complexidade intrínseca a essa comunicação, transcendendo a capacidade de possuir um aparelho vocal e produzir sons; envolve a produção simultânea de simbolização e articulação (Câmara Jr., 1993).

É assim que passamos do campo apenas biológico para um fenômeno social: quando vinculamos articulação e simbolização, produzimos a linguagem. Mediante a essa, há *língua* de fato. A simbolização só é possível por um integrante unicamente humano: cultura. Para que algo possa ser comunicável, é preciso que alguém ou um grupo de pessoas compreenda a significação daquela linguagem. A cultura, por intermédio de unidades mínimas de elementos de articulação, relaciona-se com estruturas linguísticas e, mediante um consenso cultural, atribui significado a essas estruturas (Câmara Jr., 1993). Sendo assim:

Podemos resumir da seguinte maneira o tema - Língua e Cultura: 1) A língua é parte da cultura; 2) É, porém, parte autônoma, que se opõe ao resto da cultura; 3) Explica-se até certo ponto pela cultura e até certo ponto explica a cultura; 4) Tem não obstante uma individualidade própria, que deve ser estudada em si; 5) Apresenta um progresso que é seu reajustamento incessante com a cultura; 6) É uma estrutura cultural modelo, que nos permite ver a estrutura menos nítida, imanente em outros aspectos da cultura. (Câmara Jr., 1993, p. 58-59).

Ademais, a linguagem é um suporte sociointeracionista, que carrega bens simbólicos que constituem patrimônio social; um processo histórico e culturalmente situado. Contudo, como pontuado, a linguagem é um ato humano, então como entidade concreta, a língua não existe, só há comunicação se houver falantes, comunicantes que interajam entre si (Antunes, 2020, p. 22). Para além, disso, é importante concentrar um pouco de nossa descrição na distinção entre *Língua* e *Linguagem*:

A expressão "linguagem" designa uma faculdade humana, isto é, a habilidade de usar signos com objetivos cognitivos. A linguagem é um dispositivo que caracteriza a espécie humana como Homo sapiens, ou seja, como um sujeito reflexivo, pois por ela conseguimos nos tornar seres sociais racionais. A expressão "língua" refere uma das tantas formas de manifestação concreta dos sistemas de comunicação humanos desenvolvidos socialmente por comunidades linguísticas e se manifesta como atividades sociocognitivas para a comunicação interpessoal (Coroa, 2016, p. 51).

Assim, seguindo essas considerações, a língua permeia as definições que cercam esse patrimônio social, provocando múltiplos domínios e concepções. Adentramos, assim, em um campo mais discursivo ao afirmar que a língua é um entrelaçamento memorial; um conjunto de vozes predecessoras, símbolos e simbolizações formadas ao longo das eras da história humana, como expresso por Antunes (2020, p. 23): "nossa língua está embutida na trajetória de nossa memória coletiva". É por essa razão que linguagem, língua e cultura se complementam, ecoando aquilo que os falantes desejam comunicar, sendo suscetível a variações.

Muito se fala sobre a variante do português de Portugal e o português brasileiro — problemática incorporada por autores da sociolinguística como Marcos Bagno, em Não é errado falar assim! Em defesa do português brasileiro (2009) —, mas tomemos um exemplo próximo: a palavra cunhã poranga ou cunhaporanga⁴ foi objeto de debates nas redes sociais no início de 2024, devido à participação de uma concorrente do Big Brother Brasil, um reality show da TV brasileira, que fazia parte da categoria nomeada de cunhaporanga do Festival de Parintins, amplamente reconhecido no Norte do país. A atenção aqui se volta para a origem da palavra, um empréstimo do tupi. Mesmo com empréstimos como jacaré e caatinga amplamente integrados à cultura brasileira, há diversas palavras não reconhecidas fora da região norte, a menos que se tenha familiaridade com a cultura local. Este modesto exemplo ilustra mais uma vez a influência cultural dos falantes envolvidos em uma comunidade na conformação da língua e dos elementos usados para expressá-la.

Retomando o processo de conceituação, surgem em determinados âmbitos concepções específicas sobre a língua, destacando-se, para este estudo, a concepção do ensino da língua. Na escola aprendemos que a língua é um elemento muito mais estrutural que comunicativo, ressaltando elementos linguísticos tais como: domínio da morfossintaxe, enfatizando nomenclaturas e classificações; efeitos de sentido produzido por eventos verbais; fenômenos linguísticos gramaticais; diferenciações textuais reduzidas, como textuais verbais e não verbais; manifestações estéticas do texto, etc. (Antunes, 2020).

A simplificação das atribuições do conceito de língua propicia o surgimento de circunstâncias já identificadas, porém, nem sempre devidamente debatidas: a marginalização da variação linguística – variações lexicais, sintáticas, morfológicas, semânticas – geradas pela variação cultural. Isto é, mesmo diante de um território que fala o mesmo idioma, as interferências linguísticas distinguem-se em consequência da diversidade cultural.

_

⁴ Tradução do tupi: mulher bonita da aldeia.

Diante disso, desponta mais um questionamento: se a língua é essa manifestação histórico-social delineada, por que, no ambiente escolar, destinado ao aprimoramento do conhecimento, não a percebemos dessa forma? Por mais que a resposta seja simples: língua é poder; é necessário compreender isso no ambiente escolar, uma vez que o objetivo do nosso trabalho está vinculado ao conceito de língua na educação básica.

Mesmo considerando a estreita relação entre língua e cultura, ao adentrarmos no ensino de linguagem escolar, passamos a contemplar a língua de maneira predominante normativa, em detrimento a regularidade. A autora Antunes (2020) contribui com essa discussão quando pontua que, na escola, a conceituação de língua ocorre através da norma, mas não da perspectiva de regularidade, ou seja, das ocorrências do uso da língua no cotidiano (textos informais, oralidade, propagandas, etc.). As regras aplicadas em sala de aula seguem a via da normatividade, buscando estabelecer padrões e formulá-las como se não estivessem abertas à variação e às mudanças históricas, que, na verdade, são intrínsecas à língua e às linguagens. E assim forma-se um conceito de língua estática, imutável, descontextualizada – sem considerar a diversidade dos falantes – simplificada e reduzida; uma língua que definitivamente não existe, que não é palpável a toda sociedade Antunes (2020).

O ensino de língua e linguagem, conforme previsto pela BNCC (2018) funcionalmente, ainda "revela a persistência de uma prática pedagógica que, em muitos aspectos, ainda mantém a perspectiva reducionista do estudo da palavra e da frase descontextualizada" (Antunes, 2022, p. 19). Frequentemente, esse reducionismo é associado ao ensino de gramática, no entanto, é importante notar que dificilmente encontraremos alunos que dominem de maneira abrangente as regras sintáticas e morfológicas. Inclusive, há perspectivas pedagógicas inovadoras que conseguem mediar entre o ensino da gramática, do uso da língua e das variações previstas a ela, como a *Gramática dos Três Eixos*5 de Vieira (2019). A questão é que, até o momento, concepção de língua por intermédio apenas da norma não consegue fomentar o letramento do aluno.

O letramento que pontuamos aqui vai muito além da aprendizagem da leitura, escrita e oralidade – destaco esses, por serem os principais eixos da BNCC. Trata-se de um letramento que possibilita o domínio da fala e escuta de acordo com diferentes contextos, a interpretação de diversas formas de comunicação (escrita, visual); a capacidade de apreciar valores literários e expressões culturais (Antunes, 2020). Ir além das informações dispersas que, na

-

⁵ Segundo Vieira (2019), focaliza em três eixos linguísticos para o desenvolvimento do ensino em sala de aula, sendo: (i) a sistematização da língua; (ii) a produção de sentido em uma variedade de textos criados pelos falantes; e (iii) a sociolinguística, devido à natureza da variabilidade que abrange a língua.

prática das interações sociais, se mostram ineficazes; por isso, a língua é poder, é o conhecimento expresso através das linguagens, um elemento humano pelo qual se pode comunicar cultural e socialmente, algo que todos devem ter acesso.

O que destacamos, é que, ao limitar a concepção do que realmente é a língua na escola, não conseguimos alcançar um ensino abrangente que proporcione espaço para que o sujeito-aluno se conecte ao sujeito-cidadão.

Por fim, é essencial compreender de que maneira a língua se manifesta. Embora tenha sido delineada a concepção de língua por meio das percepções interligadas a este trabalho, é crucial destacar que a interação verbal, prevista pela língua, só se concretiza através dos textos. A linguagem sempre ocorre por meio dos textos, em um contexto sociocomunicativo, articulando-se por elementos linguísticos, estando intrinsecamente vinculada a um propósito específico (Antunes, 2020). Com base nessas considerações, avançamos para o segundo subcapítulo deste estudo, dedicado às reflexões sobre o conceito de texto.

1.2 Texto

Finalmente, chegamos ao objeto central da Linguística Textual: o texto. Esse elemento linguístico é mais do que um conjunto de palavras escritas em uma folha ou um quadro, assim, nesta seção, tivemos em vista compreender a natureza do texto e da textualidade, mergulhando na visão que a LT oferece sobre esses elementos. No entanto, evitaremos adentrar em discussões relativas a gêneros textuais e à construção textual, essas nuances serão abordadas no próximo capítulo – *Refletindo Sobre o Ensino de Gêneros textuais*.

Dessa maneira, teremos em vista explanar e exemplificar a presença do texto na sociedade e as implicações da textualidade em uso. Para tanto, apresentaremos as perspectivas textuais evidenciadas pelas linguistas Ingedore Villaça Koch, em *Introdução à Linguística Textual* (2013), e Irandé Antunes, na obra *Textualidade: noções básicas e implicações pedagógicas* (2020). Também serão considerados estudos de outros autores, como Gregolin (1993) e Antunes (2020), alinhados com as abordagens aqui mencionadas, proporcionando uma visão abrangente e aprofundada sobre o tema.

Atentando-se ao percurso interdisciplinar que permeia a Linguística Textual, Koch (2013, p. 10) destaca as principais concepções de texto incorporadas ao longo das décadas pela LT, interpostas por diversas perspectivas linguísticas. Estas definições estão delineadas no quadro apresentado a seguir:

Quadro 1: Concepções textuais e suas bases teóricas.

CONCEPÇÃO DE TEXTO		
Base gramatical	1. texto como frase complexa ou signo linguístico mais alto na hierarquia do sistema;	
Base semiótica	2. texto como signo complexo;	
Base semântica	3. texto como expansão tematicamente centrada de macroestruturas;	
Base pragmática	4. texto como ato de fala complexo;	
Base discursiva	5. texto como discurso "congelado", como <i>produto</i> acabado de uma ação discursiva;	
Base comunicativa	6. texto como meio específico de realização da comunicação verbal;	
Base cognitivista	7. texto como processo que mobiliza operações e processos cognitivos;	
Base sociocognitiva-interacional	8. texto como lugar de interação entre atores sociais e de construção interacional de sentidos;	

Fonte: Elaboração própria com base em Koch (2013).

As concepções de texto, destacadas no quadro anterior, denotam o processo de implementação de conceitos textuais que perpassa a Linguística Textual. Além disso, ressalta-se a progressividade dessas concepções, partindo, no início, das menores unidades significantes – análise frástica da base gramatical – até chegar em elementos mais complexos interativos – textos de base sociocognitiva-interacional.

Vale perceber que, frente a inúmeras concepções, é impossível medir a definição do texto partindo apenas de um conjunto de palavras; os atributos que caracterizam esse elemento ultrapassam o papel e o lápis. O texto está presente na oralidade, nas placas, nos desenhos; ele pode residir em uma única palavra ou na composição de centenas delas. Desde que começamos a nos comunicar, o texto paira na sociedade, pois esse é a materialização da língua, como já mencionado.

Na Linguística Textual, as formas de textos adquirem uma concepção interativa, fundamentada principalmente na cognição, sustentando-se como um instrumento comunicativo, uma estrutura para a transmissão e organização do conhecimento social e das práticas de uso na sociedade. Com relação a essa perspectiva, Koch (2013), orienta que esse elemento linguístico é uma forma cognitiva; meio de intercomunicação, assim como de produção, preservação e transmissão do saber, além disso:

Os textos [...] por serem formas de cognição social, permitem ao homem organizar cognitivamente o mundo. [...] Determinados aspectos de nossa realidade social só são criados por meio da representação dessa realidade e só assim adquirem validade e relevância social, de tal modo que os textos não apenas tonam o conhecimento visível, mas, na realidade, sociocognitivamente existentes (Koch, 2013, p. 174).

A realidade, como discutido por Koch (2013), é construída por uma complexa teia de estereótipos culturais, moldando a própria percepção e, por conseguinte, sendo sustentada e reforçada pela linguagem, um processo de conhecimento guiado por uma interação constante entre prática e a compreensão da linguagem. Nesta esfera, é possível perceber como o texto é uma manifestação da linguagem, evidenciando as interferências culturais e sociais dos falantes envolvidos numa troca comunicativa.

Diante disto, é possível afirmar que tudo é texto? A linguista Antunes (2020) destaca em sua obra que a combinação de palavras não constitui um texto, as teorias textuais propõem que, para que um conjunto de palavras seja considerado um texto, é necessário que atenda a quatro condições de textuais – coesão; coerência; informatividade; e intertextualidade.

O primeiro aspecto a ser considerado é a *coesão*, que constitui a ligação entre as unidades linguísticas que compõem o texto. A coesão abarca recursos lexicais (vocabulário, substituição, etc.) e gramaticais (palavras, orações, períodos, parágrafos, blocos de superparágrafos, etc.), interligando os segmentos do texto ou os ligando entre si. Assim, "nada no texto está desconectado, [ou] solto, sem articulação com qualquer outro elemento (Antunes, 2020). Essas conectividades são quase imperceptíveis pelos falantes em suas interações, isso deve-se a naturalidade da língua ao utilizar de tais recursos; na escrita, no entanto, esses elementos ficam mais evidentes. As marcas linguísticas geradas por essas conectividades sequenciais resultam no que Antunes (2020, p. 56) classifica como *unidades semânticas e pragmáticas* as quais fornecem significados mediante trocas textuais.

A coesão está internamente ligada à segunda condição textual, coerência, a essa confere: a conexão conceitual de um texto. Nessa perspectiva, a coerência está mais relacionada à semântica, enquanto a coesão encontra-se mais vinculada à sintaxe (Antunes, 2020). Mesmo que se disponha de um amplo arcabouço lexical e gramatical em uma produção, a ausência de continuidade nos sentidos compromete a coerência, fazendo com que as informações contidas no texto percam-se. Assim, é necessário retomadas e progressão durante o texto, que os elementos não encontrem pontos de contradição, além de inter-relação com o mundo das coisas representadas para a interpretação textual poder ser processada. Os sentidos gerados por um texto giram em torno da significação, dependente de dois pontos: texto e interlocutores; há uma ação colaborativa na construção de um texto, os envolvidos

trocam significado de palavras e saberes socioculturais, que delineiam significação contínua no texto (Antunes, 2020).

O terceiro aspecto das condições textuais reside na *informatividade*, sendo este elemento parte integrante do domínio da informação, assim, todo texto, inclusive os de natureza literária, tem a finalidade de comunicar algo. Os textos buscam proporcionar *novas* informações, acrescentando relevância à interação dos interlocutores envolvidos (Antunes, 2020). No entanto, como pontua Antunes (2020, p. 47), há graus de informatividade:

Há contextos em que o texto adequado deve apresentar uma escala zero de novidade, como certas placas de trânsito, 'cuja informação', por conta mesmo de suas condições de uso e funções, repetem-se indefinitivamente [...]. Daí que essa 'relevância informativa está também vinculada à adequação do texto à situação.

A *intertextualidade* representa a última propriedade necessária para que uma palavra ou conjunto delas possa ser classificado como texto. Essa condição reflete as ações discursivas que essencialmente se constituem a partir de conhecimentos prévios. Em outras palavras: nenhum texto se origina de um ponto zero; cada texto está intrinsecamente ligado a textos anteriores, tornando-se um intertexto; essa incorporação ocorre mediante citações ou simples alusões, manifestando-se como uma característica inerente à produção textual (Antunes, 2020). A *intertextualidade*, "é assim, constitutiva de qualquer texto; constitutiva da linguagem humana" (Antunes, 2020, p. 118).

Esses elementos, que verdadeiramente conferem a condição de texto, instauram o que a Linguística Textual identifica como *textualidade*. Esse fenômeno linguístico é forjado por um conjunto de processos semânticos nos quais uma mensagem, elaborada a partir da experiência, é comunicada a interlocutores (Antunes, 2020). A *textualidade*, portanto, representa uma relação de envolvimento entre o texto e o usuário em uma situação comunicativa específica, mediada por elementos de diversos níveis textuais, como: marcas linguísticas; estruturação; interpretação semântica dos sentidos; direção argumentativa, etc. (Gregolin, 1993).

Por conseguinte, antes de adentrarmos nas relações entre língua, texto e ensino, é importante ressaltar que entre materialidades da língua existem diversas modalidades de textos. Para o propósito deste trabalho, é fundamental que nos concentremos nas definições do texto escrito, que se destaca como uma atividade processual e interativa (Antunes, 2020). O ato de escrever envolve todas as propriedades textuais aqui mencionadas, assim como a textualidade – sempre há textualidade –, no entanto, o mais evidente diante da LT é que o texto escrito é concebido por fatores contextuais, presentes em situações de comunicação. Isso

se deve ao interacionismo presente no texto, cujos fatores externos, como grupos sociais, épocas e locais, influenciam a produção textual (Antunes, 2020). Assim, formulamos textos escritos com a mesma finalidade dos textos orais: exercer um intercâmbio interacional; com um fim funcional e pragmático.

Diante desta abordagem sobre a concepção do que constitui um texto, avançamos para o último subtópico deste capítulo de fundamentação teórica. Nele, traremos uma ampliação das concepções de língua e texto, centrando-nos especialmente no contexto do ensino básico de língua e produção escrita.

1.3 Ensino

Diante das dimensões de língua e texto, introduzimos, neste segmento final do capítulo teórico, a interseção entre esses dois elementos linguísticos-culturais com um terceiro componente social: o ensino. Durante os últimos dois segmentos – 2.1 Língua e 2.2 Texto – fora impossível se distanciar das tangentes escolásticas que permeiam a língua e o texto, isto, por esperar-se que, na escola, construam-se novas aprendizagens, entre essas, a relação de múltiplas linguagens, incluindo as de uso social e escrito (Brasil, 2018).

Sendo assim, para a atual seção de estudo, trazemos a relevância do ensino de língua e produção textual na escola, principalmente no que diz respeito ao ensino básico brasileiro. Destacamos, assim, a essencialidade desse processo interativo escrito, elucidando como ocorre esse exercício e suas as fragilidades mais latentes no que concerne ao ensino. Para tanto, selecionamos determinados materiais direcionadores que, através das percepções da Linguística Textual, elaboram as nuances do ensino textual e linguístico, a saber: Gregolin (1993); Freire (2020); Pimentel (2017); e Moretto Feitoza (2019).

Existem diversas concepções do que é ensinar⁶; contudo, no ambiente escolar, é evidente que a mais predominante seja a ideia de que ensinar é o ato de instruir. Além disso, há o reconhecimento de que o ato de ensinar é uma troca, uma correspondência, pois, "quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender" (Freire, 2020, p. 25). Direcionando nosso olhar para o âmbito do ensino de língua, adotamos a perspectiva de que: "o [seu] objetivo principal [...] é a formação de um usuário competente, que saiba utilizar a língua como instrumento de ação e de reflexão" (Gregolin, 1993, p. 23-24).

⁶ Concepções de Ensino e de Aprendizagem: Superando a Burocracia Curricular (2014).

Gregolin (1993) argumenta que, para alcançar esse aluno capaz de usufruir eficazmente em diversos contextos, é essencial que as teorias do texto sejam consideradas em sala de aula. Isso implica em uma abordagem de ensino centrada nos textos, os quais constituem as unidades comunicativas fundamentais da linguagem. Em consonância a essa perspectiva, os princípios textuais ganham cada vez mais espaço no processo de ensino e aprendizagem de língua, como bem mencionado na seção de introdução deste trabalho, em documentos oficiais como a BNCC cuja afirma:

Tal proposta [do componente Língua Portuguesa] assume a centralidade do texto como unidade de trabalho e as perspectivas enunciativo-discursivas na abordagem, de forma a sempre relacionar os textos a seus contextos de produção e o desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção de textos em várias mídias e semioses (Brasil, 2018. p. 67).

Para compreender como essa centralidade textual chegou às salas de aula, e consequentemente em exames educacionais nacionais, há um paralelismo histórico indispensável que antecede até mesmo a BNCC e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Nessa perspectiva, não é preciso ir tão distante na história, ainda no final da década de 50 havia ausência de uma uniformidade no ensino de português, os professores de língua portuguesa formulavam seus próprios planos de aula e transmitiam aquilo que julgavam relevante. Não havia consenso quanto aos termos usados para os elementos linguísticos; os conceitos essenciais e termos só ganharam suas especificações, em critério *termológico*, em 1959 com a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) (Pimentel, 2017).

Para além de termos, o ensino expandido, no final da década de 60, ocasionou uma heterogeneidade dos educandos, que apresentavam uma maior diversidade de recortes sociais e culturais que a escola teria que atender. Mediante a isso, a disciplina de Língua Portuguesa passou por diversos processos de (re)adaptação, nomeada de Comunicação e Expressão em Língua Portuguesa em 1971. A partir da mudança das diretrizes educacionais perante o ensino de língua, os textos literários trabalhados em sala de aula e nos livros didáticos começaram a reduzir-se a crônicas de linguagem coloquial, dando ênfase na comunicação oral. Pouco depois, no início da década de 80, após um calamitoso rendimento textual dos educandos nas redações escolares — inadequações ortográficas, problemas argumentativos, dificuldades de coesão e coerência, etc. — retorna-se ao Ensino de Português (Pimentel, 2017, p. 5-6). Quanto as bases educacionais do ensino de língua portuguesa, durante as décadas de 80 e 90, as

discussões centravam-se no conflito entre ensino de gramática normativa e o ensino de gramática partindo do uso da língua (Pimentel, 2017, p. 6).

Na virada do século, os Parâmetros Curriculares Nacionais, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), preconizam que o ensino de Língua Portuguesa deve estar voltado a prática social, com objetivos que abrangem comunicação, assim como o processo de formação ética, política e, por conseguinte, de cidadania do indivíduo (Brasil, 2000).

Em 2017, foi lançada a primeira versão da BNCC que traz em sua concepção do ensino de linguagens, o texto como ponto central dos estudos da língua, partindo dos eixos de oralidade, leitura/escuta, escrita e análise linguística/semiótica. Dessa maneira, BNCC coloca em destaque nas aulas as práticas de linguagem e o protagonismo dos alunos, incentivando que estes consigam produzir textos de diversos gêneros (Brasil, 2018).

A BNCC destaca-se por apresentar, na modalidade referente a Linguagens e suas Tecnologias, habilidades e competências a serem atendidas ao decorrer do processo de ensino-aprendizagem de um aluno. Por tratar-se de um documento direcionador, que postula uma base para que todas as escolas do Brasil possam formular seus currículos, a BNCC acaba por sua vez atribuindo ao texto e ao trabalho textual pouca desenvoltura gradativa.

Mesmo com a previsão que o ensino da língua seja voltado às práticas de leitura e de escrita, nas diferentes esferas/campos sociais, o ensino pedagógico de português ainda apresenta falhas. As autoras Moretto Feitoza (2019) pontuam que o projeto da BNCC, de camadas funcionalistas, previsto pelo documento oficial, continua permeado pelos velhos hábitos estruturalistas e metalinguísticos, dispondo o texto apenas como pretexto para o ensino de gramática, e resultando no não aprofundamento de nenhum dos elementos linguísticos.

No de ensino de Língua Portuguesa, Antunes (2022) discute que as atividades aplicadas no trabalho com a escrita nesse âmbito podem ser limitantes, principalmente no que se refere às oportunidades de exercitar a língua. Ademais, a autora pontua essa prática como:

Um processo de aquisição da escrita que ignora a interferência decisiva do sujeito aprendiz [...]; a prática de uma escrita mecânica e periférica, centrada, inicialmente, nas habilidades motoras de produzir sinais gráficos e, mais adiante, na memorização pura e simples de regras ortográficas; [...] a prática, enfim, de uma escrita improvisada, sem planejamento e sem revisão, na qual o que conta é prioritariamente, a tarefa de realizá-la (Antunes, 2022, p. 25-27).

A crítica continua no que tange um ensino uniforme e inalterável, que não reconhece a flexibilidade de uma língua ativa e interacionista. Dessa maneira, a escrita em sala de aula

muitas vezes é influenciada por um processo massivo no qual o ensino textual frequentemente se estagna, resultando em produções textuais que, embora simples, não recebem a devida valorização quanto à sua importância na interação social.

Antunes (2022), destaca, ainda, a necessidade de delimitar, durante o processo de escrita, o espaço entre o autor e leitor; ora, se a língua é essa *inter-ação* (ação-entre) por meio de interlocutores, nada mais justo que a materialização dessa língua, por meio dos textos, seja concebida de maneira tão comunicativa quanto.

A partir das discussões levantadas, nos movemos para o segundo capítulo deste estudo – Gêneros, Redação do Enem e Ensino –, que se centra na reflexão sobre a concepção de gêneros textuais e seu ensino em sala de aula, bem como nas dinâmicas de textualidade presentes na Redação do Enem como gênero textual.

2. GÊNEROS, REDAÇÃO DO ENEM E ENSINO

No capítulo anterior, compreendemos a estreita relação entre língua, texto e ensino, e como esses três elementos linguísticos-culturais estão intrinsecamente ligados. A partir desse entendimento, é pertinente adentrarmos ainda mais nas produções textuais, para compreender as operações ligadas às tipologias textuais, principalmente no que confere ao ambiente escolar e ensino de Língua Portuguesa.

A princípio, tomando base nas concepções de texto e produção escritas compartilhadas até aqui, apresentamos definições essenciais para uma compreensão aprofundada da proposta final deste estudo: uma estratégia de produção escrita para a Redação do Enem, fundamentada na Linguística Textual. Inicialmente, à luz das concepções previamente discutidas sobre texto e produção escrita, abordamos centralmente, na seção *Gêneros Textuais e Ensino*, as condições que conferem a uma prática social discursiva como um gênero textual, bem como sua relação com o ensino.

Em seguida, traçamos um panorama histórico-educacional da Redação do Enem – uma ramificação do gênero dissertativo-argumentativo e da prática de redação escolar –, destacando sua consolidação no cenário de ensino brasileiro e seu papel como referência para pesquisas na área educacional – como o presente estudo.

O fechamento deste capítulo se dá mediante uma breve reflexão sobre o ensino da Redação do Enem no contexto da educação básica brasileira, retomando conceitos e seus impactos já discutidos na seção de *Ensino*. Dessa forma, avançamos para o primeiro tópico do deste segmento.

2.1 Gêneros Textuais e Ensino

Procedendo à premissa de que um texto não surge a partir de palavras isoladas e sem propósito, no capítulo anterior, abordamos os principais elementos que contribuem para a materialização da língua como texto: intertextualidade, informatividade, coesão e coerência. Além disso, trazemos a noção de que o texto é simultaneamente um recurso cognitivo e pragmático, que visa o *funcionamento concreto* da língua (Antunes, 2020).

Com base nessas considerações, investigamos neste segmento os processos de ordenação e estabilização dos textos, e como esse recurso cognitivo e pragmático é

incorporado ao ensino. Para embasar esta seção, nos apoiamos no trabalho organizado por Dionísio, Machado e Bezerra: *Gêneros Textuais e Ensino* (2002); que apresenta o texto *Gêneros Textuais: definições e funcionalidade*, de Luiz Antônio Marcuschi (2002). Além disso, como complemento para a compreensão desses processos textuais, buscamos suporte em: Antunes (2020); Souza (2021); Bakhtin (2000); e Coscarelli (2007).

Partindo dessas observações, cabe-nos pontuar, inicialmente, que os gêneros textuais são reconhecidos como fenômenos histórico-sociais, representando tanto textos orais quanto escritos com características e estruturas consolidadas ao longo da vivência humana. Segundo Marcuschi (2002, p. 20), os gêneros textuais:

Caracterizam-se como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos. Surgem emparelhados a necessidades e atividades socioculturais, bem como na relação com inovações tecnológicas, o que é facilmente perceptível ao se considerar a quantidade de gêneros textuais hoje existentes em relação a sociedades anteriores à comunicação escrita.

Essa descrição vincula-se justamente às situações interacionais (Antunes, 2020). Por serem desdobramentos do texto e, por conseguinte, da língua – produtos linguísticos e culturais –, esses gêneros emergem em recortes específicos, adaptando-se às demandas presentes em cada contexto social.

Marcuschi (2002), observa o surgimento dos gêneros textuais em quatro fases específicas: a primeira fase remonta aos tempos anteriores à invenção da escrita, caracterizada por povos que produziam principalmente gêneros orais com um número limitado de formas textuais. A segunda fase surge por volta do século VII a.C., com o advento da escrita, marcando um aumento significativo na variedade e complexidade dos gêneros textuais. A terceira tem ocorrência durante os séculos XV e XVIII, com o surgimento da *cultura impressa* e a subsequente industrialização, resultando em uma diversificação ainda maior dos gêneros textuais. Por fim, a última fase, conforme descrita no trabalho de Marcuschi (2002), aponta para a ascensão da *cultura eletrônica* como a detentora de uma nova era dos gêneros textuais: a internet, nessa fase, contribui para uma proliferação massiva de textos, tanto escritos quanto orais, com funções diversas e direcionadas.

A exemplo dessa diversificação, temos um gênero textual muito conhecido entre a geração que cresceu durante a segunda década do século XXI: o gênero *fanfiction* ou *fanfic*. Apesar de compartilhar o formato narrativo de um romance, as *fanfics* desempenham um papel distinto em relação às narrativas literárias clássicas. Este gênero digital tem como objetivo principal a criação de histórias envolvendo personagens já existentes no imaginário

dos fãs, buscando satisfazer as expectativas e alimentar o interesse dos seguidores por esses personagens preexistentes (Souza, 2021). Essa amostra evidencia como os gêneros textuais permeiam as diferentes culturas e evoluem em resposta às necessidades específicas de cada uma, assim como ressalta que o que verdadeiramente define um gênero são "suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais [mais que] suas peculiaridades linguísticas e textuais" (Marcuschi, 2002, p. 20).

Diante dessas considerações, fica evidente que o surgimento de novas tecnologias – escrita, a impressão, a internet – implica novas formas de comunicação discursiva, fomentando assim a produção de gêneros textuais a cada situacionalidade. Essas *transmutações* são mais velhas que o tempo, afinal, estão vinculadas à comunicação e interação humana. As *transmutações* textuais foram observadas por Bakhtin (2000), e, ao longo dos séculos, revelaram-se cada vez mais complexas, uma vez que diferentes gêneros textuais foram se entrelaçando, resultando em gêneros semióticos que incorporam o uso de signos verbais, sons, imagens e elementos em movimento.

Inseridos termos básicos da linguística ao reconhecimento de um gênero, há o que Elizabeth Marcuschi (2024) qualifica como *Condições de Produção Textual* definidas como "as características básicas do contexto interlocutivo acionadas pelos sujeitos, de forma consciente ou inconsciente, no decorrer do processo de elaboração do texto oral ou escrito" (Marcuschi, 2024, p. 1). Assim, para a produção de um texto e, por consequência, o enquadramento em um dos gêneros textual, uma produção precisa acionar: conteúdo temático – assunto tratado no texto; interlocutor visado – sujeito a quem o texto se dirige e que pode ser conhecido ou presumido; objetivo a ser atingido – propósito que motiva a produção; gênero textual o qual a situação comunicativa exige; suporte – veículo pelo qual o texto se materializará; tom – formal, informal, engraçado, irônico, carinhoso, etc (Marcuschi, 2024).

É essencial ressaltar que as *Condições de Produção Textual* são flexíveis (Marcuschi, 2024). Considerando que um texto é resultado de uma interação, torna-se possível compreender que os processos para sua formação se articulam conforme sua função na comunicação humana. No contexto de ensino, Marcuschi (2024) pontua ainda que orientar com cuidados os aspectos distintivos dessas flexões das condições é o que contribuiu para a formação de um indivíduo capaz de produzir textos – de gêneros variados – nos mais diversos espaços.

Como já mencionado, os gêneros textuais emergem como instrumentos para a organização e a consolidação das formas textuais. Entre as diversas nomenclaturas existentes, destaca-se uma dicotomia frequentemente utilizada nos estudos textuais para uma análise

mais precisa dos textos: a distinção entre tipos textuais e gêneros textuais. O linguista Marcuschi (2002) facilita nossa elucidação ao apresentar um quadro *sinóptico* com as definições dessa dicotomia:

Quadro 3: Tipos e Gêneros Textuais.

Tipos Textuais	Gêneros Textuais
1. Construtos teóricos definidos por propriedades linguísticas intrínsecas;	realizações linguísticas concretas definidas por propriedades socio-comunicativas;
2. constroem sequências linguísticas ou sequenciais de enunciado no interior dos gêneros e não são textos empíricos;	2. constituem textos empiricamente realizados, cumprindo funções em situações comunicativas;
3. sua nomeação abrange um conjunto limitado de categorias teóricas determinadas por aspectos lexicais, sintáticos, relações lógicas, tempo verbal;	3. sua nomeação abrange um conjunto aberto e praticamente ilimitado de designações concretas determinadas pelo canal, estilo, conteúdo, composição e função;
4. designações teóricas dos tipos: narração, argumentação, descrição, injunção e exposição.	4. exemplos de gêneros: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, aula expositiva, reunião de condomínio, horóscopo, receita culinária, piada, edital de concurso, redação escolar, etc.

Fonte: Elaboração própria com base em Marcuschi (2002).

O quadro anterior denota uma explanação da dicotomia entre tipo textual e gênero textual. Em análise, o tipo textual delimita-se por ser uma sequência discursiva de natureza linguística; é como se fosse um palco exclusivo que proporciona elementos bastante específicos para que o gênero textual se manifeste. Marcuschi (2002) nos apresenta ainda uma denominação para esse palco: *domínios discursivos*, cujos "constituem práticas discursivas dentro das quais podemos identificar um conjunto de gêneros textuais que, às vezes, lhes são próprios como práticas ou rotinas comunicativas institucionalizadas". Os gêneros textuais, por outro lado, são os textos materializados nesse palco discursivo, apresentam funções sociocomunicativas definidas por seus conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica (Marcuschi, 2002).

No entanto, apesar dessas definições apresentarem certas delimitações e direcionamentos, Coscarelli (2007) alerta para o risco da natureza estática e classificatória desses elementos linguísticos, isso porque, na prática, observa-se um *hibridismo*⁷ entre tipos textuais e gêneros textuais que se manifestam em um mesmo texto. Como exemplo desse

_

⁷ Neste contexto, o *hibridismo* refere-se combinação de gêneros textual em um único gênero; ou a formação de um novo gênero textual originado de outros já existentes.

hibridismo, a linguista menciona o gênero poema, que, embora usualmente associado ao domínio discursivo narrativo, pode incorporar elementos linguísticos de outros tipos textuais, dependendo de sua finalidade interacional, assim, "um texto é, em geral, tipologicamente variado (heterogêneo)" (Marcuschi, 2002, p. 25).

Os equívocos decorrentes das predefinições estáticas dessa dicotomia linguística - tipo textual e gênero textual - revelam-se como questões que refletem diretamente no ensino de língua e texto. Como observa Coscarelli (2007), após nos distanciarmos do ensino de gramática tradicional, adentramos no ensino de língua através dos gêneros textuais – orais e escritos –, mas a redução de complexidade textual, que não considera contextos de produção, geram perspectivas limitantes quanto a produção escrita; sobre isto, deve-se considerar ainda que:

A ideia de trabalhar com os gêneros na escola surgiu da necessidade de trazermos o contexto, ou seja, a situação de produção e recepção daquele texto, para a sala de aula. Quem escreve precisa saber para quem está escrevendo, o que quer dizer e com que objetivo está escrevendo (Coscarelli, 2007, p. 81).

Diante disso, embora os gêneros textuais sigam caminhos específicos, é importante reconhecê-los como entidades comunicativas, sua natureza de elementos linguísticos apresenta-se *relativamente estável*, conforme apontado por Bakhtin (2000), mas sua caracterização central se fundamenta na dinâmica socio-discursiva. Isto está muito relativo também à definição funcional de um texto, considerando mais uma vez seus aspectos de formação – intertextualidade, informatividade, coesão e coerência – esses ligados ao contexto de interação.

Relacionar essas perspectivas ao ensino textual é crucial, especialmente devido às diretrizes nacionais para o ensino de Língua Portuguesa, cujos reflexos se manifestam em avaliações como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Entraremos nas características específicas dessa prova no bloco adiante, mas é importante destacar a necessidade de compreender a intertextualidade inter-gêneros e a heterogeneidade tipológica (Marcuschi, 2002). Basta observar qualquer prova dissertativa recente do Enem: os elementos de apoio apresentam uma variedade de tipos textuais – tabelas, textos jornalísticos, poemas, imagens, propagandas, etc. –, permitindo ao aluno embasar sua argumentação em uma gama ampla de fontes. Conforme destacado por Coscarelli (2007), não se espera que um aluno identifique todos os gêneros textuais, o que seria uma demanda impossível, no entanto, é essencial que

ele compreenda, de maneira prática, os gêneros mais relevantes em seu contexto social e educacional.

No próximo segmento deste capítulo, apresentaremos um panorama histórico-educacional da Redação do Enem, abordando suas características e evolução ao longo do tempo.

2.2 Redação do Enem

Até o momento, tivemos em vista estabelecer conexões teóricas para, finalmente, chegarmos à estrela central deste trabalho: a Redação do Enem. Abaixo, apresentamos um breve fluxograma ilustrativo para reiterar a ligação de todos os elementos abordados até o momento, culminando em nosso ponto de referência:

GÊNEROS TEXTUAIS: modalidades socio-TEXTO: discursiva da língua; materialida apresenta características de da língua interativas e intertextuais. LÍNGUA: estrutura **ENSINO** DE cultural modelo de **PORTUGUÊS: REDAÇÃO DO ENEM:** prevê a formação de um dos inter-gêneros interação humana. um indivíduo textuais. saiba utilizar da língua e suas materialidades como instrumento de ação e de reflexão.

Figura 1: Fluxograma de análise do estudo.

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Partindo dos fundamentos da Linguística Textual, que preconiza a centralidade dos seus estudos no texto, conseguimos estabelecer a interligação entre cada uma das concepções apresentadas no fluxograma acima.

Diante disso, neste tópico, abordaremos duas subseções: 2.2.1 *Breve histórico linguístico*, na qual exploraremos os paralelismos históricos e sociais que tornaram o Enem, e consequentemente a prova de redação nele implementada, tão significativos no contexto

educacional; e 2.2.2 *Redação do Enem: gênero textual (relativamente estável)*, no qual apresentaremos a redação como um gênero textual, discutindo suas particularidades e os principais desafíos no contexto do ensino.

Para esta análise, consultamos documentos educacionais oficiais, como BNCC (2018) e a Cartilha do Participante do Enem (2022), bem como trabalhos relevantes na área, incluindo os estudos de Fossey (2018) e Silva (2020). A seguir, abordamos o histórico do Enem e da prova de redação.

2.2.1 Redação do Enem: breve histórico linguístico

A realização das provas escritas em exames e vestibulares foi (re)implementada no Brasil em 1977, com a promulgação do Decreto nº 79.298, que torna obrigatória a realização de prova ou questão de redação em língua portuguesa (Brasil, 1977). Essa modificação nas provas para ingresso ao ensino superior surgiu após uma série de debates sobre as habilidades de escrita dos candidatos, com ênfase na necessidade de competências que os estudantes dispusessem em relação ao conhecimento de língua materna (Fossey, 2018).

Em 1998, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) aplica a primeira edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), uma prova composta por cinco partes: prova das quatro áreas do conhecimento – linguagens, códigos e suas tecnologias; ciências humanas e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; e matemática e suas tecnologias – que ao todo somam 180 questões objetivas; e uma prova dissertativa, como prevê o Decreto nº 79.298.

O Enem ganhou destaque em relação a outras provas de vestibular devido às oportunidades que foram sendo implementadas ao longo de suas aplicações, como o Programa Universidade para Todos (Prouni), em 2004; o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), em 2009; o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), vinculado ao Enem em 2010; sendo esses processos de seleção para ingresso em Instituições de Ensino Superior ou Técnico (Silva, 2020). Segundo o Inep (2023), o Enem do ano de 2023 somou mais de 4 milhões de inscrições, demonstrando o alto nível de interesse em realizar a prova nacional.

No ano de 2012, o compartilhamento do Guia do Participante pelo Inep nas escolas brasileiras, juntamente com sua divulgação através de meios digitais, marcou o início de um redirecionamento do trabalho educacional brasileiro para as competências e exigências descritas nos processos de ensino do Enem. Sendo assim, Galvão (2024) destaca esse

momento como um marco *linguístico significativo* no contexto das provas dissertativas e no ensino da escrita na educação básica.

A popularmente chamada *Redação do Enem*, passou a ter esse nome após quase duas décadas de aplicação, de 2012-2019 chamava-se na Guia do Participante de *Redação no Enem*; essa possui caráter analítico; sua correção é realizada de maneira compartimentada, com a média do resultado derivada das notas atribuídas a cinco competências distintas (Fossey, 2018). A seguir, um quadro explicativo com competências cujos estudantes, que se submetem à prova, devem cumprir:

Quadro 4: Matriz de referência das competências redação Enem.

COMPETÊNCIAS DA REDAÇÃO DO ENEM

Competência 1 (C1): Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa;

Competência 2 (C2): Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa;

Competência 3 (C3): Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista;

Competência 4 (C4): Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação;

Competência 5 (C5): Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.

Fonte: Elaboração própria com base em Brasil (2023).

Assim, cada competência representada no quadro anterior equivale a uma pontuação de 0 (zero) a 200 (duzentos) pontos; o somatório das cinco competências resulta na pontuação total de 1000 (mil) pontos. Cada competência representa um aspecto linguístico e discursivo que abrange diversas exigências da língua portuguesa, alguns como as já citadas neste estudo: coesão (C1/C4), coerência (C3/C4), intertextualidade (C2/C5) e informatividade (C4)⁸. Dessa maneira, o Enem compreende o texto como "uma unidade de sentido em que todos os aspectos se inter-relacionam para construir a textualidade" (Brasil, 2023, p.4). Desde a edição de 2013, a correção das provas é realizada por dois corretores, os quais avaliam conforme as competências já mencionadas, em casos de discrepância de notas acima de 100 pontos, a produção textual em questão é avaliada por um terceiro corretor (Brasil, 2018).

⁸ É importante ressaltar que esses elementos textuais se entrelaçam durante a produção do texto, e isso serve como apenas um exemplo da interconexão entre eles, como bem pontua Brasil (2018).

Além disso, a Redação do Enem demanda do aluno um repertório sociocultural que pode ser adquirido tanto externamente, por meio das próprias leituras do estudante, quanto internamente, com base nos textos motivadores fornecidos. Estes textos motivadores são essenciais para auxiliar na reflexão sobre a temática proposta, sendo de grande valia, especialmente quando o tema não é tão familiar ao candidato (Brasil, 2023, p. 24). Esse repertório sociocultural auxilia no desenvolvimento de um tema, que varia a cada ano, abordando questões de ordem social, científica, cultural ou política. Esses temas se alinham ao campo de atuação na vida pública, conforme previsto pela BNCC para o ensino nas escolas de ensino básico do Brasil.

2.2.2 Redação do Enem: gênero textual (relativamente estável)

No subcapítulo *Gêneros Textuais e Ensino*, inferimos as concepções do que constitui um gênero textual. A partir dessa discussão, chegamos ao entendimento de que o gênero, delineado por meio de suas tipologias textuais, é uma modalidade socio-discursiva da língua que se caracteriza por suas funções comunicativas. Além disso, para a produção plena de um texto, nas convenções linguísticas de um determinado gênero textual, é necessário considerar as *Condições de Produção Textual*. Com base nesses conhecimentos, possibilita-se analisar um gênero textual e elucidá-lo por meio de explicações, situando-o num panorama textual mais amplo.

Ainda buscando um paralelismo histórico, a primeira edição da prova dissertativa do Enem, em comparação a sua última aplicação (2023), tem um tímido tema: Viver e Aprender. As exigências da edição de 1998 consistiam na produção de um texto dissertativo, sem muitos detalhes específicos a serem elencados, como indicado na imagem abaixo:

PREMAÇÃO

O Que É O Que É

(_)

Viver

e não ter a vergonha de ser feliz

Contar e contar

o beleza de ser um eterno aprendiz

Eu sei

que a vida devia ser bem melhor

e será

Mas isso não impede que eu repita

É bonito, é bonita e é bonita

(_)

Luiz Gonzaga Jr. (Gonzaguinha)

Redija um texto dissertativo, sobre o tema "Viver e Aprender", no qual você exponha suas idéias de forma clara, coverente e em conformidado com a norma culta da lingua, sem se remetor a nenhuma expressão do texto motivador "O Que É O Que É".

Figura 2: Primeira Edição da Redação do Enem

Fonte: Brasil, 1998.

A primeira edição da Redação do Enem, sem dúvida, proporciona ao estudante a oportunidade de produzir um texto tipologicamente argumentativo, destinado a uma banca de avaliadores; o objetivo é demonstrar habilidades na produção escrita na língua materna; aderindo às características do gênero textual dissertativo; exige um tom formal; além de ter como vínculo de suporte a prova escrita do Enem. Algumas condições textuais são preenchidas por um certo senso comum, como tom e objetivo, uma vez que os textos motivadores não dão um restrito direcionamento, como observa Silva (2020, p. 16), a Redação do Enem "nasce em uma dimensão vaga e pouco estruturada", sem mencionar tipologia textual, forma (prosa) ou quantitativo de linhas. Este início é fundamental para compreendermos as condições de produção na qual a primeira redação foi elaborada e como, ao longo do tempo, essas condições se tornaram progressivamente mais restritas, resultando em uma transmutação textual que gerou um gênero único.

Como já mencionado, a Redação do Enem passou por uma reforma em 2009, apresentando temas relevantes para sociedade, e a partir de então as propostas de redação começaram a ganhar mais complexidade, assim como maior quantidade de critérios na sua correção. Diante dessa perspectiva, Silva (2020, p. 17) observa que a prova dissertativa do Enem parte "da exigência da produção textual de um texto dissertativo, sem grandes pormenores ou regras, para uma proposta mais elaborada, complexa e com recomendações para ajuste ao gênero redação do Enem". A exemplo, em 2022, temos as cinco competências em jogo e uma consolidação significativa do que representa a Redação do Enem, o tema, muito mais elaborado que o da primeira Edição da prova, foi *Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil*; e traz textos motivadores multimodais⁹, como mostra a imagem a seguir:

-

⁹ Texto comunicativo comunicação em que coexistem diversas modalidades comunicativas (fala, gestos, texto, processamento de imagem, etc.)



Figura 3: Proposta de Redação do Enem 2022.

Fonte: G1 (2022), Disponível em: https://encurtador.com.br/bfnAF. Acesso em: 30 de março de 2024.

Observando a imagem, torna-se evidente a significativa disparidade entre a edição do Enem de 1998 e a edição de 2022. Temos a presença de textos multimodais nas versões mais recentes das provas, os quais contribuem para o repertório dos alunos com uma intertextualidade evidente e direcionada. Isso se torna particularmente relevante, uma vez que uma das competências avaliadas (C2) exige essa capacidade de integrar diferentes fontes e referências ao texto produzido. Além disso, as instruções fornecidas são mais direcionadas, como o limite máximo de 30 linhas e mínimo de 7-8 linhas; e o alerta sobre os caminhos que podem levar à anulação da prova. O Enem pressupõe ainda que, ao longo da formação educacional, o estudante tenha adquirido um arcabouço linguístico e extralinguístico suficiente para elaborar um texto dissertativo-argumentativo que englobe as cinco competências avaliadas.

Outra notável alteração consiste na transição de um texto do gênero dissertativo para uma produção dissertativa-argumentativa, como indicado pelo *Guia Participante Redação Enem 2012*, que destaca essa distinção:

um texto dissertativo difere de um texto dissertativo-argumentativo por não haver a necessidade de demonstrar a verdade de uma ideia, ou tese, mas apenas de expô-la. Você deve evitar elaborar um texto de caráter apenas dissertativo, ou seja, expor um aspecto relacionado ao tema sem defender uma posição, sem defender uma tese. Isso não atenderá às exigências para avaliação (Brasil, 2012, p. 17).

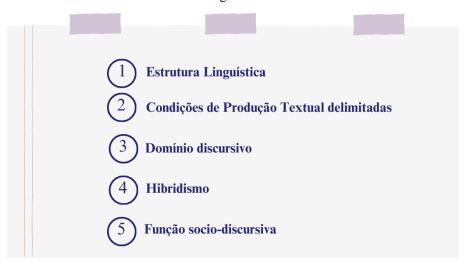
Assim, um texto tipologicamente dissertativo-argumentativo emerge de um *hibridismo* entre a dissertação e a argumentação, cujos apresentam características únicas. Isso significa que, enquanto o gênero dissertativo não demanda necessariamente a presença direta da argumentação por parte do autor, ao categorizá-lo como dissertativo-argumentativo, as relações argumentativas são reconhecidas e devem ser claramente delineadas (Coroa, 2016).

Diante dessas considerações, compreende-se que a Redação do Enem enquadra-se como um texto tipologicamente dissertativo-argumentativo, conforme afirmado pelo Inep (2023), no entanto, é interessante observar que a última cartilha do estudante sequer menciona a qual gênero textual a redação do Enem pertence ou se vincula, limitando-se apenas à tipologia na qual ela deve ser elaborada. Isso contradiz documentos oficiais, como a BNCC, que garantem a importância de se trabalhar com os gêneros textuais na abordagem de textos.

De acordo Menger (2019), a Redação do Enem "tem meios próprios de organização e atuação discursiva, em que a linguagem conduz os sujeitos por meio de certa regularidade organizacional". Nesse contexto, a Redação do Enem se destaca em um cenário social particular, embora seja moldada pelas condições de produção específicas do exame, possui um foco direcionado: as competências estabelecidas pelo próprio Enem. Certo que, textos dissertativo-argumentativos possam abordar elementos linguísticos – critérios como o C1 e C4 que conferem as construções gramaticais e coesão/coerência –, no entanto, é previsto que o indivíduo que escreve a Redação do Enem tenha em mente cinco competências específicas, exclusivas desse gênero textual.

Seguindo os elementos que definem um gênero textual como *relativamente estável* (Bakhtin, 2000) é viável elaborar todo conjunto de elementos estilísticos, linguísticos e socio-discursivos que caracterizam a Redação do Enem como um (inter)gênero textual. Abaixo, apresentamos uma figura destacando as principais propriedades de um gênero, em consonância com os pressupostos de Marcuschi (2002) e demais teóricos abordados neste estudo:

Figura 4:



Fonte: Elaboração Própria, 2024.

Na análise acima, apresentamos os principais aspectos abordados na seção *Gêneros Textuais e Ensino*. Diante disto, a Redação do Enem demonstra possuir características distintivas para consolidar-se com um gênero textual: (1) sua estrutura linguística é delineada com o uso de elementos linguísticos formalmente restritos conforme as regras normativas da língua, além de exigir habilidades de coesão e coerência para sua produção; (2) apresenta direcionamento quanto às suas Condições de Produção Textual, como mencionado na análise da proposta de redação de 2022; (3) define um espaço específico de produção ao alinhar seu tema a impasses sociais relevantes, assim como designa uma instância de produção discursiva; (4) além de apresentar as características de um texto já hibrido – dissertativo-argumentativo – a Redação do Enem exige do aluno interferências extra comunicativas, acionando a intertextualidade por meio de outros gêneros textuais; (5) por fim, com base na figura anteriormente destacada, a Redação do Enem, como todo produto textual, desempenha uma função sócio-discursiva significativa, ocupando um lugar importante na comunicação escrita, sua elaboração não ocorre de forma aleatória, mas é permeada por uma situação-exame institucionalizada em uma sociedade.

Diante dessas reflexões, acredito ser possível enxergar a trajetória que transformou a redação do Enem em um gênero ordenado, com uma base sócio-discursiva delimitada. Outras pesquisas abordam a Redação do Enem como um gênero também explicativo, especialmente devido à natureza da competência C5, que envolve produção interventiva, como demonstrado na pesquisa de Vicentini (2015)¹⁰. Por outro lado, existem análises críticas em relação à

_

¹⁰ Dissertação Investigar a influência do ENEM nas práticas de ensino de professoras do Ensino Médio (2015).

nomenclatura classificativa da Redação do Enem, questionando o uso do termo *dissertativo-argumentativo* como um gênero textual em vez de uma tipologia textual, como indica a pesquisa de Cavalcanti e Silva (2023)¹¹.

Conforme essas perspectivas, partimos para uma breve reflexão acerca de como se dá o ensino de produção do gênero textual Redação do Enem nas salas de aulas brasileiras.

2.2.3 Redação do Enem: na prática

Ao longo de suas diversas edições, o Enem alcançou uma dimensão significativa, trazendo consigo mudanças políticas e sociais que exerceram impacto direto sobre a produção textual dos alunos no contexto do ensino básico brasileiro, podemos integrar a esse processo as considerações de efeito retroativo. Conforme descrito por Scaramucci (2004, p. 205), o efeito retroativo "refere-se aos efeitos que [provas] têm nas pessoas, políticas e práticas, na sala de aula, da escola, do sistema educacional ou sociedade".

Como observado por Galvão (2024), as mudanças na Redação do Enem influenciaram significativamente as condições de produção do discurso dos estudantes do Ensino Médio, levando a estratégias de padronização e enrijecimento da escrita, que se tornaram viáveis e rentáveis no contexto do exame, uma vez que existem várias dicas para obter uma pontuação máxima na redação, além de inúmeros cursinhos espalhados pelo Brasil e um processo de correção em massa ao longo do ano.

Diante dessas demandas, os alunos frequentemente recorrem à cópia ou memorização de fórmulas, juntamente com citações – o repertório exigido na C2 – e até mesmo às construções sintáticas da intervenção, como observado por Silva e Cavalcanti (2023, p. 63):

Há casos de participante que usa citações como respaldo teórico para a construção textual, mas ele próprio tem dificuldade de compreender o sentido dessas citações, porque o faz em apenas para cumprir a exigência retórica do gênero. isso pode afetar a coerência do texto, forçando interpretações que escapam ao discurso citado.

Essa abordagem pode ser eficaz em situações específicas, mas limita o desenvolvimento de habilidades linguísticas mais avançadas, como as previstas pela própria BNCC. Retomamos, assim, as discussões já estabelecidas em nosso estudo acerca do ensino de produção textual, que muitas vezes negligencia ao estudante a noção de um interlocutor e, ainda mais, uma função produtiva. Mesmo quando os objetivos de uma proposta de redação

_

¹¹ O gênero redação do ENEM: Um estado do conhecimento (2023).

são claros, o simples exercício em massa, sem considerar a mínima subjetividade, apenas copiando modelos prontos de redações nota mil, resulta em alunos incapazes de interpretar e processar genuinamente sua escrita. Esse movimento de padronização e espelhamento, conforme Galvão (2024), fomentam ainda uma produção textual alienada, sem análise crítica ou fundamentada.

Com base nessas reflexões, seguimos para o próximo capítulo de nossa pesquisa, o *Para a Redação do Enem*, busca (de nós, professores) compartilhar uma proposta de redação baseada nas perspectivas da LT.

3 PARA A REDAÇÃO DO ENEM: uma proposta didática

Conforme demonstrado ao longo deste estudo, o objetivo final desta pesquisa é propor um material didático para a produção escrita do gênero textual Redação do Enem. Com base nos estudos desenvolvidos pela Linguística Textual pudemos refletir as propriedades que rondam o ensino de língua e produção de textos na educação básica brasileira, além disso, pontuamos algumas das principais adversidades de tais práticas pedagógicas. Assim, nesta sessão, apresentamos a proposta didática que não tem em vista oferecer perspectivas definitivas ou precisas sobre o ensino de escrita em sala de aula, mas sim refletir os resultados apropriados ao estudo conduzido ao longo de nossa pesquisa.

A sequência didática desenvolvida para este estudo planeja aprimorar as competências de leitura e interpretação do aluno do ensino médio do terceiro ano da educação básica, através do contato com cinco gêneros textuais diversificados: post no *Twitter*, texto editorial, charge, debate e, finalmente, Redação do Enem. Através das metodologias ativas propostas por Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004), buscamos um processo gradativo de produção e leitura textual. Os estudo ancoram-se também nas perspectivas de sala de aula trazidas por Antunes (2022) e nas competências e habilidades previstas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), bem como no Plano de Disciplina escolhido para guiar o trabalho. Dessa forma, esperamos promover uma aprendizagem ativa e significativa, que permita ao aluno desenvolver habilidades críticas e reflexivas em relação à produção e interpretação de textos em diferentes gêneros e situações comunicativas.

Destacamos ainda que, dada a estrutura deste estudo - um trabalho de conclusão de curso - não esmiuçaremos, nesta sessão, o programa didático elaborado para esta pesquisa, no entanto, o mesmo estará disponível integralmente em anexo ao final do estudo. Assim, este capítulo planeja ressaltar os principais aspectos da aplicação do material produzido, demonstrando também as influências da linguística textual na produção de escrita em sala de aula.

3.1 A proposta de Redação do Enem

Em geral, deve-se compreender que o processo de escrita é difícil, e que ainda mais árdua é a tarefa de escrever diante da inexistência de um receptor (Antunes, 2022); por isso,

produções como a escrita de uma Redação do Enem tornam-se processos cuja razão é uma única prova, estática e incerta; visto que o ensino desse gênero é dado desde o ingresso no ensino médio e os temas da prova dissertativa-argumentativa são sempre surpresas. Assim, pensar numa proposta didática que configure como produtiva para uma escrita que tem em sua essência critérios engessados e previsíveis – a estrutura, as citações, quantitativo de linhas, etc. – é no mínimo trabalhoso.

Diante disto, na nossa proposta didática o primeiro questionamento que elaboramos e visamos responder foi: como fazer da produção de uma Redação do Enem um conhecimento amplo? Isto é, como fazer com que um tema possa corroborar para a escrita não só de uma Redação do Enem, mas também ampliar a capacidade escrita e interpretativa de um aluno em outros gêneros? Pois, uma das principais razões para que esse gênero dissertativo-argumentativo seja tão prejudicial no ensino básico é que esse não acresça a escrita de outros gêneros devido suas fórmulas que demandam baixo grau de interpretativo.

Inicialmente, realizamos uma análise educacional focada na aplicação da aula, partindo do Plano de Disciplina de Português III¹² (doravante PDP III), voltado para turmas de Ensino Médio do IFPB campus Cabedelo. Identificamos os gêneros textuais previstos para os alunos do 3º ano do Ensino Médio, os quais incluem editorial, paráfrase, paródia e resenha, no contexto da produção textual em sala de aula. Em relação à literatura, estão previstos textos relacionados ao parnasianismo, simbolismo e modernismo. Na área de gramática, destacam-se atividades de leitura crítica, análise da sintaxe do período composto (coordenação e subordinação) e a articulação dos termos da oração (sintaxe de concordância e de regência). Com base nessas diretrizes, elaboramos um panorama didático-pedagógico alinhado com as exigências do programa da instituição.

O segundo aspecto a ser definido é o tema a ser proposto para a produção da Redação do Enem, pois isso também influenciará o tema dos demais gêneros textuais que serão abordados em paralelo. De acordo com informações do Portal Nacional de Educação, um dos possíveis temas para a Redação do Enem 2024 é: Vacinação no Brasil. Diante da escolha, o seguinte cominho a traçar é explorar o tema, pesquisando fontes e gêneros textuais, que estejam dispostos a se alinharem a proposta, assim como ao plano de disciplina escolhido.

Esse processo de seleção temática e pesquisa de textos multimodais está em consonância com o que é proposto por Antunes (2022), cuja destaca que a escrita, em seus diversos usos, desempenha funções comunicativas socialmente específicas e relevantes. Diante disso, é possível distinguir, juntamente aos alunos, os diferentes usos textuais, seus

_

¹² O plano de ensino está disponibilizado nos anexos deste trabalho.

contextos e funções socialmente vinculadas, cumprindo previsões das habilidades da BNCC EM13LGG103¹³ e EM13LP01¹⁴.

Entre os gêneros selecionados para discussão em sala de aula, encontra-se o *post* na rede social *Twitter*. As postagens nas redes digitais tendem a se tornar multimodais, ao incorporarem em sua estrutura vídeos, *gifs*, imagens, textos escritos, entre outros elementos. Uma das postagens escolhidas para ser discutidas em sala sobre o tema *Vacinação no Brasil* é a seguinte:



Figura 5: Postagem Zé Gotinha.

Fonte: Twitter, 2024, disponível em: https://twitter.com/Moitcha /status/1777491239643849063?t=UteZMaIMXvxQ5L5zxId9lg&s=19

Diante da imagem, é possível realizar um levantamento do repertório dos alunos sobre o tema: Conhecem o Zé Gotinha? O que sabem sobre ele? E sobre o SUS? Nossa proposta enfatiza a importância da pesquisa em sala de aula, direcionando os alunos a selecionarem informações e desenvolverem argumentos, conforme previsto na habilidade EM13LP10¹⁵. Após esse levantamento inicial, sugere-se uma breve pesquisa aos alunos para poderem

-

¹³ Habilidade EM13LGG103: Analisar, de maneira cada vez mais aprofundada, o funcionamento das linguagens, para interpretar e produzir criticamente discursos em textos de diversas semioses.

¹⁴ Habilidade EM13LP01: Relacionar o texto, tanto na produção como na recepção, com suas condições de produção e seu contexto sócio-histórico de circulação (leitor previsto, objetivos, pontos de vista e perspectivas, papel social do autor, época, gênero do discurso etc.).

¹⁵ Habilidade EM13LP10: selecionar informações, dados e argumentos em fontes confiáveis, impressas e digitais, e utilizá-los de forma referenciada, para que o texto a ser produzido tenha um nível de aprofundamento adequado (para além do senso comum) e contemple a sustentação das posições defendidas.

aprender mais sobre o surgimento do Zé Gotinha, dessa maneira, entra em evidência o processo histórico de vacinação no Brasil.

Além dessa discussão, o material inclui uma atividade que aproveita o momento para abordar questões de concordância verbal – com a oração *Quem vamos?* – e produção de textos em diferentes contextos. Por se tratar de uma rede social, não é esperado que os usuários do *Twitter* sigam estritamente a norma padrão, pois a informalidade normativa é predominante em muitos dos conteúdos compartilhados, como na postagem analisada. Ao trazer esses contextos à tona, é possível reforçar aos alunos as múltiplas funções da língua e como os textos desempenham diferentes papéis dependendo do contexto em que são produzidos.

Outro gênero selecionado para o decorrer da sequência, conforme previsto tanto pela BNCC quanto pelo PDP III, é o gênero editorial que, ao contrário do jornalístico, tem em vista persuadir o leitor durante a sua elaboração. O texto escolhido para leitura e interpretação coletiva é *Vacina, sim!*, da pesquisadora Justa Franco, publicado no editorial da Fundação Oswaldo Cruz, o editoral defende o acesso às vacinas e destaca a importância dessas para a sociedade humana.



Fonte: Franco, 2021. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/46781.

O tema *Vacina no Brasil*, já introduzido por outro gênero textual, não soará mais estranho aos alunos, essa progressão gradativa de nível interpretativo gera a produção de significados e familiarização com as diversas escritas (Antunes, 2022). Dessa maneira, será possível reintroduzir a discussão sobre funções textuais e variação linguística, como da

habilidade EM13LP17¹⁶, ampliando ainda mais o debate para incluir políticas públicas no Brasil. Sem negligenciar outros aspectos linguísticos, nossa sequência contempla uma atividade de sintaxe, com enfoque em períodos compostos por subordinação.

Antes de abordar atividades gramaticais, é importante realçar que estão previstas aulas sobre os conteúdos programáticos, isso ocorre porque é fundamental estabelecer uma base sólida sobre os processos sintáticos antes de se aventurar em exemplos práticos. Portanto, uma explicação prévia sobre os assuntos a serem abordados é imprescindível para um melhor entendimento e desenvolvimento das habilidades gramaticais previstas pelas BNCC – EM13LP08¹⁷ – e pelo PDP III vinculado a este estudo. Outros textos foram vinculados a nosso material didático, como a charge da cartunista Laerte:



Figura 7: Charge Laerte.

Fonte: Twitter, 2021. Disponível em: https://x.com/folha/status/1346441705084608512.

O texto anterior é acionado para a interpretação textual por meio da análise da interação entre elementos verbais e não verbais, mantendo-se focado no tema da sequência didática. Além disso, a charge revisita a discussão sobre as políticas públicas de vacinação, destacando o sucesso do Programa Nacional de Imunizações, representado pelo icônico Zé Gotinha, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). O processo de debates inclui a prática da escuta ativa, um dos eixos linguísticos previstos pela BNCC, habilidade EM13LP24¹⁸. Dessa forma, os alunos têm a oportunidade de compreender as nuances da comunicação oral e seus diferentes contextos, desenvolvendo habilidades essenciais para a interação e a expressão eficaz.

_

¹⁶ Habilidade EM13LP17: Analisar o fenômeno da variação linguística, em seus diferentes níveis (variação fonético-fonológica, lexical, sintática, semântica e estilístico-pragmática) e em suas diferentes dimensões (regional, histórica, social, situacional, ocupacional, etária etc.).

¹⁷ Habilidade EM13LP08: Analisar elementos e aspectos da sintaxe do Português, como a ordem dos constituintes da sentença (e os efeito que causam sua inversão), a estrutura dos sintagmas, as categorias sintáticas, os processos de coordenação e subordinação (e os efeitos de seus usos) e a sintaxe de concordância e de regência, de modo a potencializar os processos de compreensão e produção de textos e a possibilitar escolhas adequadas à situação comunicativa.

¹⁸ Habilidade EM13LP24: escuta atenta, respeitando seu turno e tempo de fala, posicionando-se de forma fundamentada, respeitosa e ética diante da apresentação de propostas e defesas de opiniões.

A partir das leituras e das discussões em sala de aula durante a sequência didática, planejamos a produção final: uma Redação do Enem. Além disso, para todos os processos de escrita, é fundamental lembrar das etapas distintas e intercomplementares implicadas na atividade da escrita: planejar, escrever e reescrever; o quadro a seguir elucida bem todo o processo para uma produção textual:

Quadro 4: Processo de produção escrita.

1. PLANEJAR	2. ESCREVER	3. REESCREVER
ampliar seu repertório;	pôr no papel o que foi planejado	rever o que foi escrito;
delimitar o tema e escolher ponto de vista a ser tratado;	realizar a tarefa motora de escrever	confirmar se os objetivos foram cumpridos;
eleger o objetivo , a finalidade com que vai escrever;	cuidar para os itens planejados serem todos cumpridos;	avaliar a continuidade temática;
escolher os critérios de ordenação das ideias, das informações;		observar a concatenação entre os períodos, entre os parágrafos; ou entre os blocos superparagráficos;
prever as condições dos possíveis leitores;		avaliar a clareza do que foi comunicado; avaliar a adequação do texto às condições da situação;
considerar a situação em que o texto vai circular;	enfim, essa é uma etapa intermediária que prevê a atividade anterior de planejar e a outra posterior de rever o que foi escrito;	rever a finalidade de sua formulação linguística às normas da sintaxe e da semântica , conforme prever a gramática da estrutura da língua;
decidir quanto às estratégias textuais que podem deixar o texto adequado à situação;		rever aspectos da superfície do texto, tais como a pontuação, a ortografia e a divisão do texto em parágrafos.
estar seguro quanto ao que pretende dizer a seu parceiro; enfim, estar seguro quando ao núcleo de suas ideias e de suas intenções.	normalmente a escola tem concentrado sua atenção na etapa de escreve e tem enfocado apenas a escrita gramaticalmente correta.	

Fonte: Elaboração própria com base em Antunes (2022).

Pressupomos que, a partir do quadro didático, o aluno compreenda o processo de escrita, suas nuances e exigências, visando que, diante das leituras realizadas em sala e do repertório construído durante a sequência didática, este indivíduo consiga produzir uma Redação do Enem com opiniões formuladas, críticas e conscientes. Embora a estrutura do gênero seja consolidada, esperamos que a exploração e a interpretação de outros gêneros

textuais durante a sequência didática permitam ao aluno compreender a estrutura da Redação do Enem, seu contexto de produção e a intertextualidade alcançada em sua produção em sala.

O ato de escrever é uma prática textual não tão fácil, que requer, principalmente, planejamento, prática e diversas rasuras. Por isso, permitir que o aluno visualize e compreenda esse processo, garante não apenas a aquisição da competência de escrever, mas também a garantia de que seus textos sejam gradualmente aprimorados para *bons textos* (Antunes, 2022).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, utilizamos da Linguística Textual para refletir sobre o ensino do gênero textual Redação do Enem no ensino básico brasileiro. Assim como, partindo das perspectivas traçadas ao longo do estudo, elaboramos uma proposta didática de produção textual que visa contribuir para o desenvolvimento das competências linguísticas práticas de um aluno.

Diante das reflexões, atribuiu-se que a Redação do Enem é um gênero textual que se consolidou devido à demanda e importância atribuídas à prova do Enem para o ingresso em instituições de ensino superior (IES). Em virtude disso, diversas pesquisas abordam os efeitos dessa produção textual no ensino básico, e é válido ressaltar a importância do contínuo estudo diante dessas questões. Assim, é fundamental que essas pesquisas sirvam de base para uma nova estrutura curricular que não se limite a ver o aluno como um produtor de apenas um único gênero textual durante sua formação básica, mas sim como um indivíduo capaz de dominar vários gêneros e formas de expressão escrita.

A Redação do Enem, assim como os demais gêneros textuais, requer uma abordagem pedagógica humana e abrangente, que reconheça a linguagem em todas as suas manifestações e compreenda que um texto, por mais simples que pareça, é o resultado de um processo complexo que inclui interação e comunicação.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2022.

ANTUNES, Irandé. **Textualidade: noções básicas e implicações pedagógicas**. 1ª ed., São Paulo: Parábola Editoria, 2020.

ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. 1ª ed., São Paulo: Parábola Editoria, 2020.

BAGNO, Marcos. NADA NA LÍNGUA É POR ACASO: ciência e senso comum na educação em língua materna. **Revista de estudos da linguagem**, 2006. Disponível em: http://relin.letras.ufmg.br/shlee/Bagno_2006.pdf>. Acesso em: 12 out. 2023.

BAKHTIN, M. Estética da Criação Verbal. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRASIL. Decreto nº 79.298, de 24 de fevereiro de 1977. Altera o Decreto nº 68.908, de 13 de julho de 1971, e dá outras providências. LEGISLAÇÃO: **Legislação Informatizada**, Brasília: Diário Oficial da União - Seção 1, p. 2228, 1977.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. **A redação do ENEM 2023**. Cartilha do participante. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 3,9 milhões estão inscritos no Enem 2023. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/enem/3-9-milhoes-estao-inscritos-no-enem-20 23#:~:text=O%20avan%C3%A7o%20registrado%20pelo%20Instituto,que%20teve%203.444. 171%20inscritos. Acesso em: 24 mar. 2024.

CANÇADO, Márcia. Manual de semântica. Noções básicas e exercícios. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008

COSCARELLI, C. V. Gêneros textuais na escola. **Revista Veredas**, Juiz de Fora, n. 2, p. 78-86, 2007. Disponível em: http://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/25208. Acesso em: 30 mar. 2024

COROA, Maria Luiza. **O texto dissertativo-argumentativo**. Textos dissertativo-argumentativos: subsídios para qualificação de avaliadores. Brasília: Cebraspe, p. 50-62, 2016

DA SILVA, Ananias Agostinho; DE LIMA CAVALCANTE, Francisco Mailson. O gênero redação do ENEM. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, v. 23, n. 2, p. 51-70, 2023

EDUCAÇÃO, Portal Nacional. **Portal Nacional da Educação divulga primeira lista com os possíveis temas para a prova de redação do Enem 2024**. 2024. Disponível em: https://portalpne.com/enem/portal-nacional-da-educacao-divulga-primeira-lista-com-os-possi veis-temas-para-a-prova-de-redacao-do-enem-2024/. Acesso em: 24 mar. 2024.

FRANCO, Justa Helena. **Vacina, sim!** RADIS: Comunicação e Saúde, n. 221, p.3, fev. 2021. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/46781. Acesso em: 31 mar. 2024.

FOSSEY, Marcela Franco. **Avaliação de redações de vestibular**: da teoria à prática. Trabalhos em Linguística Aplicada, v. 57, p. 1015-1042, 2018.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. **Lingüística textual e ensino de língua:** construindo a textualidade na escola. ALFA: Revista de Linguística, v. 37, 1993.

KOCH, Ingedore. A coesão textual. 19. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. **Introdução à linguística textual**: trajetória e grandes temas. Martins Fontes, 2004.

MARCUSCHI, Elizabeth. Condições de produção do texto. In: **Glossário Ceale: termos de alfabetização, leitura e escrita para alfabetizadores**. Belo Horizonte: UFMG/Ceale, 2024, s/p. Disponível em:

https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/condicoes-de-producao-do-texto. Acesso em: 31 mar. 2024.

MARCUSCHI, Luiz Antônio et al. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. Gêneros textuais e ensino, v. 2, p. 19-36, 2002. In: DIONISIO, Angela Paiva et al. **Gêneros textuais e ensino**. Lucerna, 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MENGER, Jonathan Bernardo. GÊNERO REDAÇÃO NO ENEM: DO LETRAMENTO À INTERDISCURSIVIDADE ENTRE AUTOR E REVISOR. **Revista X**, v. 14, n. 6, p. 242-254, 2019.

MORETTO, Milena; FEITOZA, Cláudia De Jesus Abreu. A proposta da Base Nacional Comum Curricular para o trabalho com análise e reflexão linguística no ensino de língua portuguesa. Eutomia, v. 1, n. 23, p. 69, 21 nov. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.51359/1982-6850.2019.241946. Acesso em: 07 jan. 2024.

PIMENTEL, Márcia. Breve história do ensino de Língua Portuguesa no Brasil. **MultiRio - Empresa Municipal de Multimeios**, 2017. Disponível em: https://multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/12148-breve-hist%C3%B3ria-do-ensino-de-l%C3%ADngua-portuguesa-no-brasil. Acesso em: 06 janeiro de 2024.

SCARAMUCCI, Matilde VR. Efeito retroativo da avaliação no ensino/aprendizagem de línguas: o estado da arte. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 43, p. 203-226, 2004.

SILVA, Sabrina Aparecida Romano da. **Redação do ENEM: histórico, caracterização e análise**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

SILVA, A.; DE LIMA CAVALCANTE, F. O gênero redação do ENEM. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, v. 23, n. 2, p. 51-70, 13 out. 2023.

SOUSA, Cleuber Cristiano de; ALVARES, Lucas Augusto Souza Pinto. A gramática e a gramatização: o ensino da gramática e o processo de gramatização brasileiro. **Revista ECOS**, v. 19, n. 2, 2015.

SOUZA, J. B. de. **Fanfiction como recurso de letramento e cultura**. Encontros de Vista, [S. 1.], v. 14, n. 2, p. 50–62, 2021. Disponível em: https://www.journals.ufrpe.br/index.php/encontrosdevista/article/view/4622. Acesso em: 30 mar. 2024.

VICENTINI, Monica Panigassi. A redação no ENEM e a redação no 3º ano do Ensino Médio: efeitos retroativos nas práticas de ensino da escrita. 264f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

ANEXOS

Anexo I - Plano de Disciplina Português III



PLANO DE DISCIPLINA				
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR				
NOME: LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA BRASILEIRA III				
EMENTA				
A Língua Portuguesa, portadora de diversas linguagens e geradora de significação, sendo integradora da organização do mundo e da identidade do indivíduo. A Norma Culta vigente: contínuo processo de aperfeiçoamento da expressão oral e escrita. Análise do processo de Formação da Cultura Brasileira numa visão literária do Século XX. Tipologia Textual: dissertação. Os diversos gêneros textuais: editorial, paráfrase, paródia e resenha.				
OBJETIVOS				

Geral

Fazer e uso da Língua Portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade, portadora dos instrumentos necessários para a tradução da linguagem oral e escrita, procedendo a para a análise crítica dos movimentos literários dos Séculos XX e XXI respectivamente.

Específicos

- Interpretar as diversas linguagens, por meio do reconhecimento e uso de diferentes formas de comunicação no campo linguístico, semântico e gramatical.
- Ler, interpretar e compreender críticamente os processos de formação da cultura brasileira através de estudos sobre a literatura dos Séculos XX e XXI
- Analisar e construir as diversas formas de apropriação discursivas ou textuais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO



PLANO DE DISCIPLINA
DADOS DO COMPONENTE CURRICULAR
NOME: LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA BRASILEIRA III
EMENTA
A Língua Portuguesa, portadora de diversas linguagens e geradora de significação, sendo integradora da organização do mundo e da identidade do indivíduo. A Norma Culta vigente: contínuo processo de aperfeiçoamento da expressão oral e escrita. Análise do processo de Formação da Cultura Brasileira numa visão literária do Século XX. Tipologia Textual: dissertação. Os diversos gêneros textuais: editorial, paráfrase, paródia e resenha.
OBJETIVOS

LITERATURA

- Parnasianismo
- Simbolismo
- O Modernismo
- o Pré-Modernismo
- o Vanguardas culturais europeias
 - o Modernismo no Brasil: Primeira Geração ousadia e inovação
- o Segunda geração: misticismo e consciência social
- o Terceira geração: O romance de 30

GRAMÁTICA

- Leitura crítica
- Sintaxe do Período Composto: coordenação e subordinação
- o O estudo do período composto
- o Período composto por coordenação
- o Período composto por subordinação
- o Período composto por subordinação II
- Articulação dos termos da oração: sintaxe de concordância e de regência
- o Concordância nominal e verbal
- o Regência nominal e verbal
- o Crase

LEITURA

• Níveis de compreensão leitora

PRODUÇÃO DE TEXTO

- Exposição: Texto de divulgação científica: O Relatório
- Exposição e argumentação: Texto dissertativo-argumentativo
- Gêneros textuais diversos: editorial, paráfrase, paródia e resenha.

METODOLOGIA DE ENSINO

Os conteúdos serão trabalhados a partir de projetos específicos para cada assunto.

Pesquisa: Leitura, Estudo e Apresentação, de informações e conteúdos específicos da disciplina, oportunizando ao educando expor seus pensamentos e análises: subsídios para debates;

Aulas expositivo-dialogadas: exposição dos conteúdos e esclarecimento da necessidade de estudá-los;

Exposição de Filmes e/ou documentários: debates e produção textual;

Leitura de paradidáticos:

Estudo de vários textos literários e/ou informativos: uma troca de informações;

Roda de Leitura: Análise coletiva de poemas e outros gêneros discursivos. Produções Textuais compartilhadas: leitura/escrita/leitura – construção/ (des)construção/construção;

Recitais em sala de aula utilizando textos dos poetas do Modernismo Brasileiro;

Leitura e Produção: pesquisar, ler e produzir;

Entre outras metodologias circunstanciais.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

- Sistema contínuo de retomada de conteúdos durante as aulas.
- Observação geral do aluno como parte integrante e atuante do processo ensino-aprendizagem.
- Apresentação de Seminários e outras atividades discursivas.
- Discussão de textos literários e/ou informativo-discursivos.
- Atividades escritas coletivas com o objetivo de aprofundamento do conteúdo.
- Práticas de exercícios orais e escritos.
- Produção de texto: processo de reescrita.
- Avaliação oral e escrita.
- Outras formas de avaliação.

SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO PARA A RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O acompanhamento para a recuperação da aprendizagem ocorrerá, nos Núcleos de Aprendizagem, por meio de atividades que possibilitem ao estudante a apreensão efetiva dos conteúdos, de acordo com o previsto na LDB e nas Normas Didáticas dos Cursos Técnicos Integrado ao Ensino Médio do IFPB (item 2.3, artigos 28 a 30).

RECURSOS NECESSÁRIOS

Quadro branco, pincel, data show, aparelho de DVD, vídeos, sala ampla e espaço adequado para aulas extras.

REFERÊNCIAS

Básica

ABAURRE, Maria Luiza; PONTARA, Marcela. **Português:** contexto, interlocução sentido. São Paulo: Moderna, 2010.

ABAURRE, Maria Luiza; PONTARA, Marcela. **Produção de texto**. São Paulo: Moderna, 2010.

BARRETO, Ricardo Gonçalves. **Português:** ensino médio. São Paulo: Edições SM 2010. (Coleção Ser Protagonista).

Complementar

INFANTE, Ulisses. **Curso de gramática aplicada aos textos**. São Paulo: Scipione, 2001.

NICOLA, José de. Português. São Paulo: Scipione, 2004. v. 1.

SARMENTO, Leila Lauar; TUFANO, Douglas. **Português:** literatura, gramática e produção textual. São Paulo: Moderna, 2010.

Paradidáticos.

Revistas atualizadas: Revista Língua Portuguesa – FNDE. Revista Veja. Superinteressante, Época, entre outras.

Sites diversos.

Documentários.

Anexo II - Base para Plano de Aula Redação do Enem

PRODUÇÃO TEXTUAL					
Disciplina: Língua Portuguesa		Segmento: Ensino Médio	Série: 3° ano		
Tema	Vacinação no Brasil				
Tempo	11 aula de 45min cada				
Objetivo Geral	Buscar aprimorar as competências de leitura e interpretação de texto através do contato com os gêneros textuais <i>Post</i> no <i>Twitter</i> , texto editorial, charge, debate e Redação do Enem.				
Objetivos específicos	 Discutir a partir do gênero Post de Twitter os conhecimentos prévios dos alunos a respeito do personagem Zé Gotinha e dos seus conhecimentos sobre a vacina, bem como pesquisar mais profundamente a respeito; Perceber as funções do uso da linguagem, assim como as diversos efeitos de sentidos relacionados à língua, tanto verbal como não-verbal; Discutir, a partir da leitura e interpretação coletiva, o texto editorial Vacina, sim!, da pesquisadora Justa Franco; Debater, a partir do gênero Charge, o texto do cartunista Laerte; Produzir uma Redação Enem sobre o tema "Vacinação no Brasil" 				
Habilidades	EM13LP24: escuta atenta, respeitando seu turno e tempo de fala, posicionando-se de forma fundamentada, respeitosa e ética diante da apresentação de propostas e defesas de opiniões; EM13LP08: Analisar elementos e aspectos da sintaxe do Português, como a ordem dos constituintes da sentença (e os efeito que causam sua inversão), a estrutura dos sintagmas, as categorias sintáticas, os processos de coordenação e subordinação (e os efeitos de seus usos) e a sintaxe de concordância e de regência, de modo a potencializar os processos de compreensão e produção de textos e a possibilitar escolhas adequadas à situação comunicativa. EM13LP17: Analisar o fenômeno da variação linguística, em seus diferentes níveis (variação fonético-fonológica, lexical, sintática, semântica e estilístico-pragmática) e em suas diferentes dimensões (regional, histórica, social, situacional, ocupacional, etária etc.). EM13LP10: selecionar informações, dados e argumentos em fontes confiáveis, impressas e digitais, e utilizá-los de forma referenciada, para que o texto a ser produzido tenha um nível de aprofundamento adequado (para além do senso comum) e contemple a sustentação das posições defendidas. EM13LP01: Relacionar o texto, tanto na produção como na recepção, com suas condições de produção e seu contexto sócio-histórico de circulação (leitor previsto, objetivos, pontos de vista e perspectivas, papel social do autor, época, gênero do discurso etc.). EM13LG103: Analisar, de mancira cada vez mais aprofundada, o funcionamento das linguagens, para interpretar e produzir criticamente discursos em textos de diversas semioses.				
Metodologia Parte I	O primeiro gênero selecionado para a discussão em sala de aula é o <i>post</i> na rede social <i>Twitter</i> . As postagens nas redes digitais tendem a se tornar				

(Gênero *Post* de *Twitter*)

multimodais, ao incorporarem em sua estrutura vídeos, gifs, imagens, textos escritos, entre outros elementos.

Diante da imagem **(ver anexo),** é possível realizar um levantamento do repertório dos alunos sobre o tema: Conhecem o Zé Gotinha? O que sabem sobre ele? E sobre o SUS? Nossa proposta enfatiza a importância da pesquisa em sala de aula, direcionando os alunos a selecionarem informações e desenvolverem argumentos, conforme previsto na habilidade EM13LP10¹.

Após esse levantamento inicial, sugere-se uma breve pesquisa aos alunos para poderem aprender mais sobre o surgimento do Zé Gotinha, dessa maneira, entra em evidência o processo histórico de vacinação no Brasil.

Além dessa discussão, o material inclui uma atividade que aproveita o momento para abordar questões de concordância verbal – com a oração *Quem vamos?* – e produção de textos em diferentes contextos. Por se tratar de uma rede social, não é esperado que os usuários do *Twitter* sigam estritamente a norma padrão, pois a informalidade normativa é predominante em muitos dos conteúdos compartilhados, como na postagem analisada. Ao trazer esses contextos à tona, é possível reforçar aos alunos as múltiplas funções da língua e como os textos desempenham diferentes papéis dependendo do contexto em que são produzidos.

Metodologia Parte II

(Gênero Editorial)

Posteriormente, será trabalhado o gênero editorial. Conforme previsto tanto pela BNCC quanto pelo PDP III, é o gênero editorial que, ao contrário do jornalístico, tem em vista persuadir o leitor durante a sua elaboração. O texto escolhido para leitura e interpretação coletiva é *Vacina, sim!*, da pesquisadora Justa Franco, publicado no editorial da Fundação Oswaldo Cruz (ver anexo), o editorial defende o acesso às vacinas e destaca a importância dessas para a sociedade humana.

O tema *Vacina no Brasil*, já introduzido por outro gênero textual, não soará mais estranho aos alunos, essa progressão gradativa de nível interpretativo gera a produção de significados e familiarização com as diversas escritas (Antunes, 2022). Dessa maneira, será possível reintroduzir a discussão sobre funções textuais e variação linguística, como da habilidade EM13LP17², ampliando ainda mais o debate para incluir políticas públicas no Brasil. Sem negligenciar outros aspectos linguísticos, nossa sequência contempla uma atividade de sintaxe, com enfoque em períodos compostos por subordinação.

Antes de abordar atividades gramaticais, é importante realçar que estão previstas aulas sobre os conteúdos programáticos, isso ocorre porque é

¹ Habilidade EM13LP10: selecionar informações, dados e argumentos em fontes confiáveis, impressas e digitais, e utilizá-los de forma referenciada, para que o texto a ser produzido tenha um nível de aprofundamento adequado (para além do senso comum) e contemple a sustentação das posições defendidas.

² Habilidade EM13LP17: Analisar o fenômeno da variação linguística, em seus diferentes níveis (variação fonético-fonológica, lexical, sintática, semântica e estilístico-pragmática) e em suas diferentes dimensões (regional, histórica, social, situacional, ocupacional, etária etc.).

fundamental estabelecer uma base sólida sobre os processos sintáticos antes de se aventurar em exemplos práticos. Portanto, uma explicação prévia sobre os assuntos a serem abordados é imprescindível para um melhor entendimento e desenvolvimento das habilidades gramaticais previstas pelas BNCC - EM13LP083 - e pelo PDP III vinculado a este estudo. Metodologia Foi vinculado também ao nosso material didático, o estudo com a charge Parte III do cartunista Laerte (ver anexo). Tal texto é acionado para a interpretação textual por meio da análise da interação entre elementos verbais e não (Gênero verbais, mantendo-se focado no tema da sequência didática. Além disso, a Charge + charge revisita a discussão sobre as políticas públicas de vacinação, Debate) destacando o sucesso do Programa Nacional de Imunizações, representado pelo icônico Zé Gotinha, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). O processo de debates inclui a prática da escuta ativa, um dos eixos linguísticos previstos pela BNCC, habilidade EM13LP244. Dessa forma, os alunos têm a oportunidade de compreender as nuances da comunicação oral e seus diferentes contextos, desenvolvendo habilidades essenciais para a interação e a expressão eficaz. Metodologia Por fim, a partir das leituras e das discussões em sala de aula durante a Parte IV sequência didática, planejamos a produção final: uma Redação do Enem. Além disso, para todos os processos de escrita, é fundamental lembrar das (Redação do etapas distintas e intercomplementares implicadas na atividade da escrita: Enem) planejar, escrever e reescrever; o quadro (ver apêndice) elucida bem todo o processo para uma produção textual. Pressupomos que, a partir do quadro didático, o aluno compreenda o processo de escrita, suas nuances e exigências, visando que, diante das leituras realizadas em sala e do repertório construído durante a sequência didática, este indivíduo consiga produzir uma Redação do Enem com opiniões formuladas, críticas e conscientes. Embora a estrutura do gênero seja consolidada, esperamos que a exploração e a interpretação de outros gêneros textuais durante a sequência didática permitam ao aluno compreender a estrutura da Redação do Enem, seu contexto de produção e a intertextualidade alcançada em sua produção em sala. O ato de escrever é uma prática textual não tão fácil, que requer, principalmente, planejamento, prática e diversas rasuras. Por isso, permitir que o aluno visualize e compreenda esse processo, garante não apenas a aquisição da competência de escrever, mas também a garantia de que seus textos sejam gradualmente aprimorados para bons textos (Antunes, 2022).

³ Habilidade EM13LP08: Analisar elementos e aspectos da sintaxe do Português, como a ordem dos constituintes da sentença (e os efeito que causam sua inversão), a estrutura dos sintagmas, as categorias sintáticas, os processos de coordenação e subordinação (e os efeitos de seus usos) e a sintaxe de concordância e de regência, de modo a potencializar os processos de compreensão e produção de textos e a possibilitar escolhas adequadas à situação comunicativa.

⁴ Habilidade EM13LP24: escuta atenta, respeitando seu turno e tempo de fala, posicionando-se de forma fundamentada, respeitosa e ética diante da apresentação de propostas e defesas de opiniões.

